

MEC / PREMEN

**HISTÓRICO E RELATÓRIO FINAL DO 1.º EMPRÉSTIMO
SETORIAL PARA EDUCAÇÃO**

**(ACORDO DE FINANCIAMENTO 512 - L-078, FIRMADO ENTRE O GOVERNO
BRASILEIRO - MEC E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA DO NORTE - USAID).**

ÍNDICE

- I – Introdução e Histórico
- II – Progresso em relação aos Objetivos a longo prazo do projeto
- III – Realização das metas intermediárias do projeto Anexo I Resumo das realizações físicas
- IV – Responsabilidades do MEC
 - a) segundo o Acordo de Empréstimo
 - b) segundo os Convênios MEC/Estado
- V – Responsabilidades dos Estados Participantes sob os Convênios MEC/Estado
- VI – Impacto do Programa
 - a) na comunidade
 - b) no sistema estadual de educação
 - c) no sistema federal de educação
- VII – Quadros financeiros
 - A- Comparação dos recursos aplicados, programado e realizado
 - B- Utilização de recursos por área do projeto
 - C- Custo médio unitário – 1ª, 2ª e 3ª fases
 - C-1 Construção de Escola Polivalente
Custo médio unitário
 - C-2 Equipamento e Mobiliário escolar-investimento inicial
Custo médio unitário
 - C-3 Treinamento de Professor (em geral)
Custo médio unitário
 - C-4 Treinamento de Professor (por tipo de curso)
Custo médio unitário
 - C-5 Escola Polivalente Completa (investimento inicial)
Custo médio unitário
- D- Diferença dos Custos de Construção – 1ª, 2ª e 3ª fases
- E- Comparação de custos da Escola Polivalente e da construção civil residencial
- VIII – Instrumentos de Controle do Programa utilizado pelo Governo Brasileiro, MEC, PREMEN, Estados, Consultoria de Arquitetura e Engenharia e outros Órgãos

ANEXOS:

1. Distribuição das Escolas construídas segundo a população urbana e população total dos municípios
2. Comparação entre a densidade regional e estadual da população dos Estados Participantes
3. Relação das Escolas Polivalentes construídas segundo o município e a população
4. Relação do conjunto de equipamentos fornecidos a cada Escola Polivalente
5. Conjuntos de equipamentos fornecidos aos Centros de Treinamento de Ciências e Artes Práticas
6. Treinamento de Supervisores nos Estados Unidos

I PARTE – INTRODUÇÃO E HISTÓRICO

A – O PROGRAMA DE CRIAÇÃO DOS “GINÁSIOS POLIVALENTES”

As finalidades desta parte são:

- 1) Descrever o trabalho realizado pelo PREMEN na execução dos objetivos do acordo de empréstimo firmado pelo Governo Brasileiro com a USAID, em 13 de novembro de 1969.
- 2) Apresentar uma avaliação preliminar das escolas criadas em função desse acordo – os inicialmente chamados “Ginásios Polivalentes” – considerando-se sua posição na perspectiva da reforma do ensino brasileiro e sua presente situação nos sistemas estaduais de ensino.

Esse programa teve características realmente singulares, dentre as quais podem ser salientadas:

- a) O objetivo não só de ampliação quantitativa, mas também e sobretudo de transformação estrutural e melhoria qualitativa do ensino.
- b) O vulto dos recursos a aplicar, visando a uma ação concentrada em quatro Estados e outra, extensiva, atingindo as demais Unidades da Federação.
- c) A abrangência de sua programação, que foi cuidadosamente delimitada e se desdobrou em três projetos coordenados – construção, equipamento e treinamento de recursos humanos – de modo a assegurar-se que, ao se completar a construção, cada escola já dispusesse de pessoal treinado para receber e instalar o equipamento necessário para o seu funcionamento, antes do início das aulas.
- d) A natureza do mecanismo criado para sua implementação e o espírito de administração gerencial porque o mesmo deveria ser acionado e que tão marcadamente – de acordo, aliás, com o caráter da Reforma Administrativa – corporificava a superação das anteriores funções predominantemente cartoriais do MEC.

O programa teve duplo caráter, pelo fato de se desdobrar em dois subprogramas, que tomaram as designações de “Subprograma dos Estados Participantes” e “Subprograma Nacional”.

O Subprograma dos Estados Participantes abrange a construção, equipamento e treinamento de recursos humanos de núme-

ro considerável de “Ginásios Polivalentes” nos Estados do RIO GRANDE DO SUL, MINAS GERAIS, BAHIA e ESPÍRITO SANTO.

O chamado Subprograma Nacional dizia respeito à construção, equipamento e treinamento de recursos humanos para um “Ginásio Polivalente” modelo no Distrito Federal e em cada um dos demais Estados não incluídos no Subprograma dos Estados Participantes.

Ambos os Subprogramas previam a concessão de bolsas de estudo para treinamento no exterior de especialistas em educação, tais como supervisores e orientadores educacionais, e para treinamento de professores de ciências e artes práticas.

Para execução do programa em cada Estado, foi assinado um Convênio, no qual, entre outros requisitos, se fixavam os compromissos do Estado em relação ao funcionamento futuro das escolas criadas, assegurando-lhes as indispensáveis condições.

Um dos anexos dos Convênios era constituído pelo documento “Diretrizes para o Ginásio Polivalente”, o qual estabelecia as linhas básicas da organização pedagógica e administrativa do novo tipo de escola.

Do ponto de vista educacional, o que essencialmente caracterizava esse novo tipo escolar era seu currículo, no qual se procurava combinar a educação prescrita para o então chamado ensino secundário, com a iniciação vocacional feita através das artes práticas: Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar.

Essa orientação curricular se harmonizava com a legislação então vigente, representada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que prescrevia a inclusão no curso secundário de disciplinas ou práticas educativas vocacionais, em caráter optativo.

A então Diretoria do Ensino Secundário do MEC já promovera iniciativas tendentes a concretizar essa prescrição legal, pela qual o ginásio deveria evoluir no sentido de tornar-se uma escola de continuação do ensino primário, ministrando uma educação ao mesmo tempo humanista e prática, embora não prematuramente profissionalizante.

O “Ginásio Polivalente” deveria aprofundar a transformação estrutural do 1º ciclo do então denominado ensino médio, tanto quanto contribuir para a expansão do ensino público estadual e, sobretudo, para sua melhoria qualitativa.

Além da preocupação de eficiência didática na ministração das

artes práticas, dever-se-ia visar à obtenção da melhoria do ensino nas demais áreas curriculares, merecendo especial ênfase as ciências, por sua importância na civilização atual.

O bom desempenho da função didática e educativa da escola depende do prédio escolar, do equipamento, de recursos humanos bem treinados. Por isso o programa do 1º acordo contemplava cada um desses elementos, com a preocupação de evitar ocorrências já verificadas em programas anteriores, isto é, escolas construídas terem seu funcionamento retardado por falta do equipamento e/ou pessoal.

Para sua execução, em consequência, o programa se desdobrava em três projetos — construção, equipamento e recursos humanos — cada um dos quais confiado a uma das Gerências que integravam a estrutura do PREMEN.

Ao lado da eficiente execução de seu projeto próprio, cada Gerência estabelecia seu cronograma de trabalho levando em conta os das demais, coordenando-se as ações de todas as três de modo a que, ao concluir-se a construção de uma escola, logo fosse ela equipada e lotada com seu pessoal docente e técnico-administrativo.

Além dos problemas específicos que cada Gerência teve de resolver na execução de seu projeto próprio, essa coordenação dos três projetos constituiu um dos maiores desafios enfrentados pelo PREMEN.

Embora em casos específicos os desejados resultados do esforço de coordenação dos três projetos não tenham sido alcançados — a maioria desses casos decorrentes de fatores que fugiam ao controle do PREMEN — podemos entretanto afirmar que, de modo geral, a coordenação foi obtida.

O esforço do PREMEN para execução simultânea e coordenada dos três projetos, constituiu uma experiência realmente inovadora no desenvolvimento educacional brasileiro. Ele propiciou muitos ensinamentos cujos resultados devem ser preservados não apenas pelo investimento feito como, sobretudo, pela experiência que tais resultados representam como contribuição ao processo de renovação de nossa educação.

Em matéria de construção escolar, a experiência do PREMEN se salienta não apenas pelo grande número de prédios construídos, mas, sobretudo, pelas inovações introduzidas em matéria de filosofia do prédio escolar e de processos de seu planejamento.

O tipo escolar, cujas linhas básicas de organização e de currículo

estavam consubstanciadas nas “Diretrizes para o Ginásio Polivalente”, tinha que ser concretizado num correspondente tipo de prédio escolar.

Tivéssemos no Brasil uma anterior experiência de planejamento de construções escolares destinadas a funções específicas prefixadas, essa transposição de um tipo pedagógico para um tipo de prédio não ofereceria, talvez, maior dificuldade.

Mas, a verdade é que, pela primeira vez no país, desejava-se que a um tipo inovador de escola correspondesse um prédio funcionalmente adaptado aos objetivos educacionais, a um currículo e a processos de ensino previamente delineados.

Para se obter essa correspondência, partiu-se do conceito de que o planejamento de construções escolares e a elaboração de projetos arquitetônicos de escolas são tarefas que exigem estreita colaboração dos educadores com os arquitetos e engenheiros, à base de um documento — as “Especificações Educacionais” — que transmite aos especialistas em projetos de construção o pensamento dos educadores que idealizaram a escola, explicitando a filosofia do ensino e a operação escolar.

Os projetos arquitetônicos dos “Ginásios Polivalentes” foram elaborados à base de Especificações Educacionais cuidadosamente estabelecidas, que eram periodicamente revistas como resultado de discussões entre educadores e arquitetos.

Aspectos básicos e problemas de construção, equipamento e treinamento de recursos humanos dos “Ginásios Polivalentes”

Dificilmente um programa do vulto e complexidade como o da criação dos “Ginásios Polivalentes” pode proporcionar aos que dele participam a satisfação de verem plenamente realizadas as metas propostas no momento de concepção.

Pode-se sem dúvida afirmar que o programa se realizou na melhor forma possível, considerada a falta de experiência anterior e os problemas que se apresentaram para concretização de uma nova idéia em escala nacional. Menos escolas do que o previsto foram construídas, mas os padrões de qualidade foram mantidos.

A parte III deste relatório apresenta as metas do programa de criação dos “Ginásios Polivalentes” estabelecidas no planejamento inicial e a situação do programa em fins de junho de 1975. Impressiona, à primeira vista, o deficit de 26% dos Ginásios presentemente construídos, em relação à meta inicialmente fixada. Sobretudo chama a atenção o fato de que as maiores

contribuições para esse deficit sejam as dos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, cujas metas respectivas eram as mais elevadas.

O deficit que os Ginásios já construídos representam em comparação com a meta de Ginásios a serem criados, explica-se, antes de tudo, pela diferença entre a área construída de cada Ginásio pressuposta no planejamento inicial, que era de 1600 m², e a área efetivamente exigida pelos projetos elaborados à base das especificações educacionais definitivas estabelecidas pelo PREMEN, a qual se situou em torno de 2400 m², chegando em alguns casos a 2700 m² e a 3100 m².

A esse fato acresce que o preço médio por m² de construção, pressuposto no planejamento inicial, bastante realista nesta fase, foi onerado a seguir pelo aumento de custos decorrentes da inflação. Isto, juntamente com o aumento da área construída, contribuiu para o crescimento do preço total das construções e, conseqüentemente, causou a redução da meta preestabelecida em termos de número de unidades a criar, a fim de não serem prejudicados os padrões de qualidade das construções e as especificações educacionais julgadas necessárias ao tipo de ensino que se desejava ministrar.

O aumento de custos decorrente da perda do poder aquisitivo do cruzeiro deveria afetar igualmente aos custos do equipamento e do treinamento de recursos humanos, contribuindo também, dessa forma, para a redução das metas quantitativas. Se se da ênfase, inicialmente, às construções é porque o projeto a estas relativo constituía de fato àquele em torno de cujo desenvolvimento teria de desenrolar-se o dos projetos de equipamento e de preparação de recursos humanos, aos quais competiria prover as escolas, no momento oportuno, desses elementos necessários ao seu funcionamento.

Ainda em relação ao projeto de construção, não só o número como a dispersão geográfica das obras a realizar permitem enfatizar a complexidade do programa realizado pelo PREMEN. De fato, a massa das construções se encontrava em quatro Estados, dispersando-se entretanto pelo território de cada um. A isto se juntava a construção de uma escola em cada um dos demais Estados e no Distrito Federal, com o que o programa abrangia, de certo modo, todo o território brasileiro com a extrema diversidade de suas condições geográficas e de desenvolvimento econômico e técnico.

Uma circunstância adicional que prejudicou a consecução das metas previstas, residiu nas dificuldades naturais que cercariam

um programa inédito por sua complexidade e que exigia a tomada de decisões e o estabelecimento de rotinas administrativas, financeiras e outras de uma multiplicidade de órgãos — do Governo Federal, dos Governos Estaduais, da agência financiadora — cada um sujeito a critérios técnicos e normas operacionais próprias, entre as quais se deveria procurar mútuo ajustamento a fim de obter-se a coordenação de ações.

Tal circunstância se fez sentir sobretudo no começo do programa, causando um retardamento da primeira etapa de sua implementação durante 6 meses.

Conseqüentemente, houve superposição das duas primeiras etapas, acarretando a conclusão das obras da primeira em meados de 1971, e não ao final de 1970. A segunda etapa começou em princípios de 1971, ocorrendo a superposição. Somados a isto os inevitáveis atrasos no desenvolvimento previsto, daí resultou que as escolas começadas a construir no decorrer de 1973 só estivessem em condições de funcionamento no ano letivo de 1974.

Para que o PREMEN — mecanismo transitório cuja infraestrutura não deveria agigantar-se, mas manter sua flexibilidade e capacidade para atuar rapidamente na coordenação e execução de diversificadas funções técnicas — tenha podido dar cumprimento bastante satisfatório a suas metas, foi decisiva uma disposição do acordo de empréstimo. Previa-se no acordo que a Comissão de Administração contrataria firma brasileira de arquitetura e engenharia “a fim de projetar planos e especificações modelo para as escolas e aprovar todos os aspectos técnicos dos locais e trabalhos de construção de cada escola construída pelo programa”.

A seleção de uma empresa de Consultoria de Arquitetura e Engenharia, para prestação de complexos serviços técnicos — tais como elaboração de especificações, estudos de microlocalização, seleção de terrenos, elaboração de projetos, normas, instruções, editais de licitação, contratos padrão, instruções para fiscalização, pagamento de faturas, recebimento de obras, etc. foi uma experiência inteiramente nova no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Serviram de modelo, trabalhos semelhantes, mas não iguais, que vinham se desenvolvendo em órgãos como o FINEP, DNER, GEIPOT, etc., onde já era familiar o uso de empresas de consultoria.

Realizada a licitação de acordo com as exigências legais relativas ao assunto, dez firmas ou consórcios apresentaram documentação para pré-qualificação. Seis foram pré-qualificadas, e selecio-

nado o Consórcio Escritório Técnico F.C. Figueiredo Ferraz Ltda. — Croce, Aflalo e Gasperine/Arquitetos Ltda.

A partir de 04 de junho de 1970, quando foi assinado o contrato de Consultoria, esse Consórcio produziu, sob a fiscalização da Gerência de Construções e dos Assessores de Arquitetura e Engenharia da Secretaria-Executiva do PREMEN, todas as instruções e normas de serviço que vieram a constituir-se no MANUAL TÉCNICO DE CONSTRUÇÃO DO PREMEN.

Já no dia 16 de outubro de 1970 estavam prontos três projetos modelo de "Ginásios Polivalentes", passíveis de adaptação para as particularidades de 49 terrenos nos quatro Estados Participantes (BA, ES, MG e RS). Um único terreno (Caxias/RS) exigiu um projeto especial em virtude de ser mais inclinado do que permitia a capacidade de adaptação dos projetos-modelo.

A partir da 2ª etapa, as implantações dos projetos-modelo passaram a ser feitas nas Comissões dos citados Estados, sob a supervisão da Consultoria de Arquitetura e Engenharia. Com referência ao Subprograma Nacional (implantação de uma escola modelo no Distrito Federal e em cada uma das 18 capitais dos demais Estados), foram em 1971 produzidos mais cinco projetos-modelo, adaptáveis aos climas e demais condições próprias das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Litoral Leste e Sul.

Aproveitaram-se para esses novos projetos-modelo as propostas técnicas apresentadas pelas demais firmas pré-qualificadas na seleção da Consultoria. Os projetos, desenvolvidos por Maurício Roberto, Luiz Paulo Conde, Sabino Barroso e Wit-Olaf Prochnik, foram acompanhados e aprovados pela Consultoria de Arquitetura e Engenharia.

A partir de meados de 1971, começaram a ser avaliados os projetos já construídos. Da avaliação resultou um trabalho de revisão dos projetos, normas e especificações, com vistas às construções previstas para a 3ª etapa do programa. Foi ainda projetada uma escola para oito séries do ensino de 1º grau, em Santo André, município no qual, em razão de entendimentos entre o PREMEN, a Secretaria de Educação de São Paulo seria construída a escola destinada aquele Estado. O terreno bastante amplo e muito caro exigia melhor aproveitamento e decidiu-se, de comum acordo, construir uma escola integrada para 800 alunos por turno.

Dos problemas surgidos no desenvolvimento do projeto de construção, apesar dos esforços do PREMEN e da Consultoria de Arquitetura e Engenharia, merece destaque, antes de tudo, o de seleção de terrenos.

Via de regra não existia uma conscientização dos administradores da relevância de correta escolha de um terreno que se vá destinar a construção de uma escola. Geralmente, em decorrência do elevado custo da terra, os terrenos disponíveis para escolas eram exatamente aqueles cujo aproveitamento se mostrava inviável, economicamente, para a iniciativa privada.

Para neutralizar os inconvenientes, em termos de aumento de custo e de tempo e dificuldade de construção, disso resultantes, todo o empenho foi posto no sentido da rigorosa observância das "Instruções para Seleção de Terrenos" elaboradas conjuntamente pelo PREMEN e pela Consultoria, bem como da motivação e orientação das Prefeituras Municipais para obter delas o máximo de colaboração, desde o levantamento de informações necessárias ao estudo de microlocalização até a eventual doação do terreno e o compromisso de realização dos necessários trabalhos complementares de urbanização.

De acordo com as citadas "Instruções para Seleção de Terrenos", a indicação dos terrenos livres ou disponíveis nas áreas consideradas prioritárias, juntamente com as demais informações coletadas, possibilitavam a escolha e aprovação preliminar do terreno. A esta se seguia a complementação das informações destinadas à elaboração das implantações e adaptação dos projetos-modelo.

As obras do PREMEN foram contratadas, após um processo de licitação na modalidade de concorrência pública e de acordo com os termos do Decreto-Lei 200. As concorrências eram realizadas, de uma forma descentralizada, nas sedes das Comissões Estaduais do PREMEN ou através das Equipes Estaduais, no caso do Subprograma Nacional.

As firmas interessadas na licitação foram inicialmente pré-qualificadas, e somente após detalhado exame da documentação exigida para pré-qualificação eram abertos e examinados os preços propostos pelas empresas pré-qualificadas.

Definido o resultado da licitação, a empresa vencedora era chamada para discutir e assinar o contrato de empreitada global, com preço reajustável como previsto no Decreto-Lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967. Após a assinatura do contrato era expedida uma ordem de início de serviços autorizando a firma a iniciá-los no prazo máximo de 10 (dez) dias.

O acompanhamento do desenvolvimento das obras era feito através da Fiscalização e da Supervisão. As Comissões Estaduais do PREMEN mantinham uma equipe de fiscais que faziam o

acompanhamento direto da obra, com objetivo de fazer cumprir fielmente o contrato assinado, o projeto arquitetônico e as especificações de materiais. A frequência das visitas à obra por parte dos fiscais era decorrente do seu andamento, assim como das etapas julgadas mais importantes (locação, concretagem, etc.).

O PREMEN Nacional exercia o acompanhamento de todas as obras em execução através da supervisão a cargo de uma equipe de supervisores contratados pela CAE. As visitas dos supervisores eram quinzenais. Eram procedidas em conjunto com o fiscal e o engenheiro residente, e visavam ao esclarecimento de eventuais dúvidas de projeto, execução dos serviços e a coleta de dados para a emissão de relatório que era enviado à CAE, em São Paulo. Este relatório era processado em computador, para a elaboração dos relatórios gerais de andamento e qualidade das obras.

Através desse relatório do computador, o PREMEN Nacional tinha condições de manter-se constantemente informado sobre o andamento e sobre a qualidade dos serviços em execução em todas as obras.

A mesma complexidade assinalada em relação ao projeto de construção, decorrente do número e da dispersão, praticamente por todo o território nacional, dos "Ginásios Polivalentes" a criar, deve ser mencionada em relação ao projeto de equipamento. Outrossim, de semelhante caráter técnico e especializado se revestiam as tarefas a realizar, que incluíam desde as especificações de equipamento de uma grande variedade e sua quantificação por unidade escolar, até o estabelecimento de normas para licitação e recebimento.

Desde a fase de negociação do acordo de empréstimo, examinaram-se duas alternativas possíveis para o processo de aquisição do equipamento: esta ser feita a nível estadual, ou de forma centralizada. Esta última alternativa ofereceria as vantagens decorrentes do estabelecimento de mais eficaz padronização dos tipos de equipamento e da economia de escala permitida pela aquisição de grandes quantidades.

Os termos do acordo de empréstimo deliberadamente permitiam a escolha de qualquer das duas alternativas, estabelecendo simplesmente que a Comissão de Administração "obterá, em tempo hábil, o equipamento necessário à execução do programa, e assegurará a entrega oportuna de tal equipamento".

Durante as negociações com os Estados, prudentemente a minuta de convênio a estes submetida não indicava ainda a alternati-

va a ser escolhida, embora formulando expressamente as duas: "A Comissão de Administração adquirirá, ou para isto delegará poderes específicos à Comissão Estadual ou a especialistas ou órgãos especializados, o equipamento escolar necessário ao desenvolvimento do programa, em tempo hábil, e assegurará a entrega do referido equipamento na época oportuna".

Estabelecida a Secretaria-Executiva do PREMEN nacional, ponderando-se todas as vantagens e desvantagens que cada uma das alternativas implicava, decidiu-se finalmente pela centralização da aquisição do equipamento. Esta opção tornava ainda mais complexo o trabalho da Gerência de Equipamento, pois que o Projeto de sua responsabilidade, além das tarefas já mencionadas passava a incluir também a efetivação da compra propriamente dita e a distribuição do equipamento a cada escola no momento próprio, envolvendo esta distribuição o transporte e, eventualmente, a armazenagem em centros intermediários de distribuição.

A Gerência de Equipamento, para elaboração de listagem do mobiliário e equipamento escolar, estabeleceu a seguinte sistemática:

- 1.º Em estreita ligação com a Gerência de Recursos Humanos, realizava-se o "Levantamento Inicial das Necessidades", com base na análise dos planos curriculares. Simultaneamente, em íntima ligação com a Gerência de Construção, procurava verificar a compatibilidade das necessidades levantadas com as Especificações Educacionais das escolas, de modo a obter a melhor utilização das unidades espaciais que deveriam compor o projeto arquitetônico.
- 2.º Concluído o "Levantamento das Necessidades", o prosseguimento do processo envolvia a execução das seguintes fases:
 - especificação dos artigos, que visava estabelecer as características técnicas do mobiliário e equipamento escolar, tais como: forma, medidas, materiais de construção, índices de desempenho, tolerâncias, cores, acabamento etc.;
 - padronização dos artigos, que objetivava dotar as peças do mobiliário e equipamento escolar, sempre que possível, de componentes comuns, de modo a facilitar a sua fabricação e eventual reposição;
 - codificação dos artigos, para dar a cada peça um número de código, que representava sua individualização dentro

da listagem adotada e fornecia uma indicação sobre a categoria a que estava subordinada a peça, o setor a que se destinava e informações genéricas sobre tipo, modelo e tamanho.

A essa fase de planejamento seguia-se a fase propriamente de execução, incluindo licitações, acompanhamento da fabricação, recebimento em depósitos de trânsito, licitação para transporte, realização do transporte do material e de sua entrega às escolas construídas, acompanhamento da instalação e avaliação do equipamento.

O transporte do mobiliário e equipamento constituiu operação muito complexa, como se pode ver em relação às 49 escolas da 1ª etapa. Consistiu ela em:

- 1 - Transportar cerca de 570 mil peças de 48 origens diferentes (48 fornecedores), localizadas nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, para quatro depósitos de trânsito instalados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Jundiaí e Curitiba.
- 2 - Reunir por destino e tipo de carga o material recebido dos fornecedores.
- 3 - Carregar e transportar as referidas 570 mil peças para 49 destinos diferentes.

A correta instalação, na escola, do equipamento e mobiliário (notadamente o especializado), seu uso racional e conservação, constituem imperativo decorrente da defesa de um valioso patrimônio público, que merece cuidados extremos, não apenas em razão de seu valor econômico intrínseco, como, sobretudo, por motivo do rendimento que dele se pode e deve auferir em termos de proporcionar educação de boa qualidade à juventude brasileira.

Desde a concepção inicial do programa de criação dos "Ginásios Polivalentes", o problema dos recursos humanos necessários ao novo tipo escolar começou, na EPEM, a ser objeto de estudos. Quatro variáveis principais deveriam ser levadas em conta no equacionamento do problema e delineamento de sua solução:

- 1) as necessidades de recursos humanos de diversas categorias deveriam ser quantificadas com a maior exatidão possível, considerando-se, para efeito de programação do treinamento, o suprimento esperado das atividades normais das instituições de formação existentes e, a fim de preencher carências nas áreas em que estas se verificassem, prevendo-se os efetivos a treinar através de processos supletivos;

- 2) a qualidade dos recursos humanos necessários, considerando-se que deveriam estar imbuídos profundamente da concepção teórica inspiradora das novas escolas, quer se tratasse dos professores e outros elementos já possuidores da qualificação legalmente exigida, quer se tratasse dos que precisassem ser especialmente qualificados por meio de cursos especiais;
- 3) todos os cursos previstos deveriam ter um desenvolvimento cronológico que assegurasse estarem os recursos humanos com seu treinamento concluído ao mesmo tempo que completada a construção e equipada a escola em que iriam ser lotados;
- 4) devendo as escolas integrar os sistemas estaduais de ensino, o treinamento se situaria como etapa intermediária entre o recrutamento e seleção e a contratação do pessoal treinado pelo Estado, isto envolvendo o compromisso, deste último, de contratação desde a fase de seleção e o compromisso do candidato de aceitar sua designação para a escola onde se fizesse necessário, depois de treinado.

Levadas em conta as variáveis acima enumeradas, o projeto de recursos humanos, no que se refere a recrutamento, seleção e contratação de pessoal para os "Ginásios Polivalentes" desenvolveu-se de acordo com as seguintes características gerais:

- 1 — O Programa procurou recrutar o pessoal docente, técnico e administrativo na área geoeeducacional da Escola Polivalente que ia ser implantada.
- 2 — O recrutamento foi feito mediante edital de chamada onde eram participadas aos candidatos todas as condições para inscrição, participação nos cursos e contratação.
- 3 — A chamada era feita primeiro para os cursos de "reciclagem", isto é, visando o pessoal que já possuía a licenciatura plena das Universidades. Em seguida eram chamados os candidatos para os cursos de "curta duração", a fim de completar as vagas existentes nas escolas de uma determinada etapa do Programa.
- 4 — O recrutamento foi realizado sob a responsabilidade de uma Comissão composta de um representante do PREMEN um da Secretaria de Educação do Estado e um da Agência de Treinamento.
- 5 — A seleção foi feita pela Agência de Treinamento, observando determinadas condições pré-estabelecidas, de comum acordo, com o PREMEN e a Secretaria de Educação do Estado.

6 — O candidato aprovado escolhia a Escola onde desejava trabalhar, de acordo com sua classificação no exame de seleção, e se comprometia a servir nela no mínimo por dois anos. Em contrapartida, a Secretaria Estadual de Educação assegurava a sua contratação para a escola escolhida.

Como se infere do que se disse acima, diversas modalidades de cursos foram utilizadas com a finalidade de prover os “Ginásios Polivalentes” exclusivamente com pessoal docente, técnico e administrativo habilitado e que tivesse recebido o retreinamento ou formação necessários para uma eficaz ação nas novas escolas.

O pessoal docente habilitado através das Faculdades de Filosofia ou de Educação deveria ter preferência, por força de exigência legal. Todavia, mesmo em relação a esses professores julgou-se que havia necessidade de lhes proporcionar breves cursos de adaptação, com a finalidade principal de permitir-lhes uma perfeita identificação com a filosofia do “Ginásio Polivalente”, com as diretrizes gerais seguidas no treinamento de recursos humanos e com o programa como um todo.

Subsidiariamente, esses cursos denominados no planejamento inicial de “cursos de reciclagem”, teriam como objetivo promover uma atualização geral de conhecimentos específicos dos professores já licenciados e procurar estabelecer padrões mínimos comuns de atuação docente destes professores e dos que, para complementar carências quantitativas de licenciados e para suprir áreas não atendidas pelas Faculdades de Filosofia, deveriam ser formados através de cursos de outras modalidades.

Assim como os cursos para formação de professores de disciplinas de cultura geral, os cursos de “reciclagem” foram ministrados mediante convênios entre Universidade e o PREMEN, o qual proporcionou os recursos financeiros necessários. Os candidatos ficavam obrigados à dedicação em tempo integral aos estudos, os quais tiveram inicialmente a duração de 240 horas, ampliadas depois para 320 horas.

Esse aumento de tempo de “reciclagem” decorreu da confirmação de sua utilidade e da necessidade de enriquecimento de seu conteúdo, depois de já estarem em funcionamento os primeiros “Ginásios Polivalentes”.

Desde o planejamento inicial da EPEM, evidenciou-se que seria impossível prover totalmente as escolas a serem criadas com pessoal portador de diploma conferido pelos cursos de licenciatura vigentes, ministrados pela Faculdade de Filosofia. Uma alternativa para assegurar professores a prazo certo, onde e na medida em que fosse impossível selecionar licenciados, eram os

chamados “exames de suficiência”, precedidos de cursos especiais ministrados em convênio com Faculdade de Filosofia como já vinha sendo praticado pelo MEC.

Duas razões, entretanto, levaram a EPEM a procurar outra solução: primeiramente o fato de que, mesmo com a realização prévia dos cursos em convênio, as Faculdades e seus alunos nem sempre aceitavam sem resistências os exames de suficiência; em segundo lugar a circunstância de não ser conveniente a dualidade de tipos muito distintos de qualificação dos professores das novas escolas.

A solução concebida pela EPEM e encampada pelo PREMEN foi obter autorização do Conselho Federal de Educação, através dos Pareceres 912/69 e 255/70, para serem realizados, em caráter experimental, cursos de “Licenciatura de Curta Duração, em Regime Intensivo, para Disciplinas Acadêmicas”, com a duração mínima de 1600 horas, integralizadas em 40 semanas pelo me-

Para execução dos cursos, o PREMEN promoveu a organização, por equipes de especialistas, de Planos de Curso para cada disciplina integrante das diferentes licenciaturas, os quais, juntamente com os Pareceres do CFE, foram analisados e discutidos com as equipes docentes das Universidades que ministrariam os cursos, durante o I Encontro de Coordenadores de Curso, realizado em julho de 1970. Partindo desse trabalho conjunto, cada agência de treinamento organizou seus próprios cursos.

Os convênios entre o PREMEN e as Universidades, para realização dos cursos, previam o fornecimento de recursos do programa para remuneração dos professores mobilizados para ministração das atividades letivas, bem como para as despesas de coordenação, material didático, e serviços auxiliares e de administração.

O PREMEN assegurava ainda os recursos financeiros para concessão de bolsas de estudos aos alunos, a fim de que estes pudessem se consagrar, em tempo integral e em regime de dedicação exclusiva, aos estudos intensivos exigidos pelos cursos de Licenciatura de Curta Duração.

Para formação de professores de Artes Práticas o PREMEN obedeceu ao Parecer 74/70, do CFE, pelo qual foram instituídos, para essa área, cursos semelhantes aos de Licenciatura de Curta Duração, em Regime Intensivo, para Disciplinas Acadêmicas. Deste modo teve satisfatório atendimento a preocupação de proporcionar formação de nível equivalente a todos os professores dos “Ginásios Polivalentes”.

Os antecedentes do citado Parecer são a Reforma Universitária (Lei 5540/68), que em seu artigo 30 prescreveu a formação em nível superior dos professores de disciplinas técnicas do então ensino médio, e o Decreto-Lei 749/69, que autorizou a Diretoria do Ensino Secundário a organizar, diretamente ou em convênio, os cursos em causa, tendo em vista que as Universidades ainda não se achavam preparadas para o fazerem.

Anteriormente os cursos para professores de Artes Práticas para os "Ginásios Orientados para o Trabalho" eram ministrados em Centros de Treinamento especialmente criados pela Diretoria do Ensino Secundário, ou em convênio com Escolas ou Centros de Educação Técnica, carecendo tais cursos, entretanto, de características próprias dos cursos de nível superior.

Em face das novas disposições legais citadas e do Parecer 74/70, o PREMEN pode preparar os professores de Artes Práticas dos "Ginásios Polivalentes" em cursos ministrados mediante convênio com aqueles Centros e Universidades, cabendo a estas últimas a parte de Formação Pedagógica, Estudos Brasileiros e Complementos de Português.

Em princípio, os candidatos a professor de qualquer das modalidades de Artes Práticas seriam licenciados à base de 1600 horas de estudos. Parte destas, entretanto, seriam dispensadas, se o candidato a professor (excluído o caso de professor de Artes Industriais) apresentasse como pré-requisito diploma de curso de 2º ciclo médio ou de curso superior correspondente à respectiva Arte Prática. Neste caso a duração do curso era de 800 horas.

B – AS ESCOLAS POLIVALENTES E A REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE ENSINO

A promulgação da Lei 5692/71, ocorrida quando já iniciada a implementação do programa de criação dos "Ginásios Polivalentes", transformou a fundamentação teórica deste tipo escolar em diretrizes normativas a que devem obedecer a estrutura e funcionamento das séries finais do ensino de 1º grau em todos os sistemas escolares.

Em vista desta lei, que instituiu um novo regime escolar em substituição aos anteriores ensinos primário e médio, deixaram de existir os "ramos" deste último e o "ginásio" como um ciclo ou nível definido da estrutura vertical da educação brasileira. Por esta razão, já desde a divulgação do anteprojeto da referida lei, em meados de 1970, o PREMEN passou a chamar de "Escolas Polivalentes" àquelas cuja criação constituía seu principal objetivo.

A questão de nomenclatura, entretanto, é de importância secundária. O essencial é compreender-se que, por sua concepção teórica, o que se chamara até então de "Ginásio Polivalente" se harmoniza inteiramente com a definição dos objetivos e a estrutura curricular do ensino de 1º grau, tal como estabelecida na lei que fixou as novas bases e diretrizes do ensino de 1º e 2º graus.

A esse respeito, devemos inicialmente mencionar as disposições do art. 5º da Lei 5692/71, que de modo inequívoco incorporam aquela preocupação de síntese da educação geral humanística-científica e da formação prático-vocacional, que caracterizava os objetivos e a concepção curricular do "Ginásio Polivalente".

O citado artigo distingue na composição do currículo duas partes: a educação geral e a formação especial. Prescrevendo que a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais de ensino de 1º grau e predominante nas séries finais, fixa como objetivo da formação especial a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho. Ora, outra não era a finalidade essencial das chamadas "artes práticas" no "Ginásio Polivalente".

Essa concordância essencial de objetivos e concepção curricular entre o "Ginásio Polivalente" e as séries finais do ensino de 1º grau, entretanto, é apenas uma expressão particular da coincidência mais geral da fundamentação teórica e sociológica do primeiro com as razões justificadoras de toda a estruturação legal do ensino de 1º e 2º graus.

A Lei 5692/71 previu que a implantação do regime escolar que instituiu se faria progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino e de acordo com planejamento elaborado pelos órgãos próprios do respectivo sistema (art. 72).

Essa prescrição de progressividade justifica-se pelo fato de que os processos de mudança institucional não podem ser realizados de modo instantâneo, demandando uma série de ensaios e reajustamentos para a qual é necessário um período de tempo razoável.

Embora, desse modo, a implantação de novo regime escolar possa ser feita segundo ritmos próprios aos diferentes Estados, ela implicará em todos na reestruturação física e curricular dos sistemas de ensino, visando ao mesmo tempo à sua ampliação para atendimento, em particular, da obrigatoriedade do ensino na faixa dos 7 aos 14 anos e à consecução dos objetivos da nova organização escolar.

Nesse processo de reestruturação, as Escolas Polivalentes criadas para ministração do ensino correspondente às séries finais do ensino de primeiro grau, perdem o título de "ginásios", e só eventualmente terão de experimentar pequenas reformulações curriculares, visto que já se criaram de acordo, no essencial, com as bases e diretrizes estabelecidas pela nova lei federal.

Isto configura, em outros termos, uma posição privilegiada das Escolas Polivalentes comparativamente às escolas tradicionais do anterior 1º ciclo do ensino médio, no referente a sua integração no processo de implantação do ensino de 1º grau. Estas últimas deverão realizar em maior profundidade a redefinição, quanto à ordenação e composição curricular, das séries que lhes correspondem, prevista no item II do art. 75 da Lei 5692/71.

Tal redefinição se faz necessária porque o ensino de 1º grau não significará apenas uma superposição do ginásio à escola primária, como acentua o relator do Grupo de Trabalho que preparou o ante-projeto da Lei, mas uma verdadeira integração funcional. Mas tal integração, por sua vez, mesmo quando se expresse pela plena integração física não importará necessariamente na adoção de um tipo monobloco de construção, como salienta também o citado relator.

O art. 3º da Lei 5692/71 distingue realmente graus de integração física cujos extremos são novas escolas construídas e organizadas já perfeitamente integradas, e a reunião de escolas, preexistentes ou criadas, em unidades mais amplas funcionalmente integradas para ministração das oito séries do ensino de 1º grau.

No que afeta às Escolas Polivalentes, a reorganização física das redes escolares poderá, em princípio, envolver sua ampliação para que proporcionem o ensino completo das oito séries do 1º grau. Mas a concretização desta hipótese está condicionada pelas dimensões do terreno em que se situa a Escola Polivalente, ou pela disponibilidade de terreno contíguo ou muito próximo em que se possam construir as dependências necessárias ao ensino nas séries iniciais.

Mais viável do que essa hipótese é, talvez, a articulação das Escolas Polivalentes com outras escolas preexistentes que ministrem as séries iniciais do 1º grau, nesse modo de sua integração na rede escolar uma Escola Polivalente podendo assumir duas funções:

— de "Escola Aberta", recebendo alunos egressos da 4ª série do 1º grau de quaisquer escolas da rede;

— de "Escola de Área" (ou centro de uma sub-rede ou complexo escolar), restringindo-se a receber alunos egressos de algumas escolas predeterminadas pela administração do sistema.

Assim sendo, a Escola Polivalente Aberta integra-se à rede escolar considerada como um todo, recebendo alunos de qualquer uma das demais escolas.

A Escola de Área, enquanto restringe o relacionamento a apenas algumas escolas próximas ou estrategicamente localizadas, objetiva uma estreita vinculação com as mesmas em termos de integração administrativa e pedagógica.

Sob este ponto-de-vista, a Escola de Área aproxima-se da Escola Integrada, pois é uma tentativa de eliminar, ou pelo menos reduzir significativamente, as descontinuidades administrativa e pedagógica entre a Escola Aberta de 5ª à 8ª série e as escolas de onde provêm seus alunos.

A transformação do "Ginásio Polivalente" em Escola de Área implicará necessariamente em uma nova configuração do esquema de ação de seus recursos humanos, principalmente no que se refere ao pessoal técnico-administrativo, no sentido de garantir uma suficiente unidade administrativa entre ele e as escolas tributárias, assim como a necessária e conseqüente integração curricular e metodológica.

O "Ginásio Polivalente", ao se transformar em Escola de Área, objetiva também estender sua ação para além de seus muros, atuando significativamente na melhoria das fontes de onde provêm seus alunos, isto é, as suas Escolas Tributárias de 1ª à 4ª série.

A implicação imediata é que as atribuições funcionais do pessoal da Escola de Área terão que ser acrescidas de outras que se referem à orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação etc. das Escolas Tributárias.

Considerando-se que os recursos humanos do "Ginásio Polivalente" foram dimensionados e treinados para o tipo de Escola classificada como "Aberta" de 5ª à 8ª série, a sua transformação em Escola de Área, além de variável específicas locais, terá que levar em conta questões básicas em qualquer reorganização.

Quanto ao crescimento qualitativo e quantitativo das atribuições do pessoal da Escola de Área, dependerão, em partes, das condições de funcionamento das Escolas Tributárias. Em princípio, no entanto, essas condições podem exigir desde uma sim-

ples coordenação de ação, por parte da Escola de Área, até significativa assistência, às Escolas Tributárias, tanto em amplitude como em continuidade.

Somente um diagnóstico de cada situação, atualizado periodicamente, poderá indicar objetivamente até que ponto será necessária a assistência da Escola de Área, para garantir um entrosamento administrativo e pedagógico capaz de assegurar a concretização dos objetivos desse tipo de integração da Escola Polivalente de 5ª à 8ª série na sub-rede escolar. Esse diagnóstico, em princípio, é atribuição dos órgãos regionais da administração do sistema (Delegacias ou Coordenadorias de Ensino). Mas a equipe técnica e administrativa da Escola a ele não deve estar alheia, podendo mesmo caber-lhe a tarefa inicial de fazer, periodicamente,

o diagnóstico da sub-rede, levando os resultados aos órgãos regionais.

É importante acentuar que a Escola Polivalente foi dimensionada, em relação aos recursos humanos, para atender a 800 alunos de 5ª à 8ª série em dois turnos.

O simples acréscimo de atribuições a essa Escola sem o correspondente redimensionamento de seus recursos humanos, implicará necessariamente em diluição das atividades que vinha desempenhando ou em sobrecarga para seu pessoal. Uma e outra consequência são perigosas, podendo ocasionar uma queda da eficiência abaixo dos níveis mínimos aceitáveis; isto acabará por tornar artificial e inócua, na prática, a medida, teoricamente consistente, de uso da Escola Polivalente de 5ª à 8ª série como Escola de Área.

**II PARTE – PROGRESSO EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DO PROJETO A LONGO PRAZO
OBJETIVOS DO PROGRAMA**

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS																							
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974																									
I - Promover a melhoria qualitativa da educação em nível ginásial (5ª/8ª séries) pela adoção do ensino polivalente, cujas características são: 1) ensino ao mesmo tempo humanístico, científico e prático; 2) Preparação flexível para continuação de estudos, emprego imediato ou treinamento profissional; 3) relevante do ponto-de-vista das características sócio-econômicas da comunidade.	1. Encaminhamento dos egressos das EP para 1) o nível de ensino ulterior (colégio), 2) emprego imediato, ou 3) treinamento profissional. Parâmetros: a) % de formandos das EP que entram em colégios ou escolas técnicas; b) % restante de formandos das EP que ingressam em ocupações ativas	N/P N/P	1. Ainda é muito cedo para alcançar resultados significativos, considerando-se que estas escolas ainda não graduaram estudantes. O PREMEN contratou a Fundação Getúlio Vargas para que fornecesse diretrizes para testes de orientação vocacional (vide 3ª e 8ª partes – 1/2)	1.																							
	2. Melhoria do fluxo de alunos através das EPs medida pela redução do número de desistentes e repetentes. Parâmetros: a) % de matriculados que desistem b) % de matriculados reprovados	N/P N/P	2. Ainda é muito cedo para uma avaliação sistemática. Entretanto, os resultados até o presente revelam o seguinte: <table align="center" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td></td> <td>ES</td> <td>MG</td> <td>RS</td> <td>BA</td> </tr> <tr> <td>a) Desistentes: EP</td> <td>5,0</td> <td>4,3</td> <td>3,6</td> <td>6,7</td> </tr> <tr> <td>Outros Ginásios</td> <td>12,0</td> <td>5,4</td> <td>11,3</td> <td>11,5</td> </tr> <tr> <td>b) Repetentes: EP</td> <td>3,0</td> <td>10,3</td> <td>11,9</td> <td>17,4</td> </tr> <tr> <td>Outros Ginásios</td> <td>N/D</td> <td>8,2</td> <td>16,9</td> <td>10,4</td> </tr> </table>			ES	MG	RS	BA	a) Desistentes: EP	5,0	4,3	3,6	6,7	Outros Ginásios	12,0	5,4	11,3	11,5	b) Repetentes: EP	3,0	10,3	11,9	17,4	Outros Ginásios	N/D	8,2
	ES	MG	RS	BA																							
a) Desistentes: EP	5,0	4,3	3,6	6,7																							
Outros Ginásios	12,0	5,4	11,3	11,5																							
b) Repetentes: EP	3,0	10,3	11,9	17,4																							
Outros Ginásios	N/D	8,2	16,9	10,4																							
Fonte: (1) a) Parágrafo 1.2 do Acordo de empréstimo. b) Anexo 2 aos convênios MEC/Estado – Diretrizes para o Ginásio Polivalente. c) Outros documentos desenvolvidos durante a fase de execução do programa. N/P = Não previsto N/D = Não disponível	3. Procedimentos adotados para revisão e adaptação contínuas do currículo, para relacioná-lo mais de perto à capacidade e interesse do aluno e às necessidades e condições da comunidade local. Parâmetros: a) % de escolas utilizando currículos preparados especialmente para as EP.	100%	3. Todas as escolas do Programa nos quatro Estados estão utilizando o currículo especial polivalente a) <table align="center" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td></td> <td>BA</td> <td>ES</td> <td>MG</td> <td>RS</td> </tr> <tr> <td></td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> </tr> </table>		BA	ES	MG	RS		100	100	100	100	3.													
	BA	ES	MG	RS																							
	100	100	100	100																							

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO				COMENTÁRIOS																									
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974																														
	b) revisão curricular realizada anualmente pelas Secretarias de Educação.	4	BA b) 4	ES 4	MG 4	RS 4																										
	<p>4. Escolas com corpo docente completo e administradores qualificados, treinados em suas especialidades e na filosofia das EP, trabalhando em regime de tempo integral sob condições que os motivem e que tenham apoio dos supervisores.</p> <p>Parâmetros: a) % de cargos ocupados por pessoal qualificado: 100%</p> <p>b) % de retenção do pessoal: N/P</p> <p>c) % de professores trabalhando em regime de tempo integral: 80%</p> <p>d) N^o de visitas de supervisão por escola, por ano: 12</p>		<p>4. A situação das equipes nos quatro Estados de acordo com os indicadores, está resumida abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a)</td> <td>70</td> <td>98</td> <td>23,5</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>b)</td> <td>14</td> <td>90</td> <td>29</td> <td>84</td> </tr> <tr> <td>c)</td> <td>100</td> <td>76</td> <td>81,8</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>d)</td> <td>3</td> <td>10</td> <td>12</td> <td>12</td> </tr> </tbody> </table>					BA	ES	MG	RS	a)	70	98	23,5	100	b)	14	90	29	84	c)	100	76	81,8	100	d)	3	10	12	12	4.
	BA	ES	MG	RS																												
a)	70	98	23,5	100																												
b)	14	90	29	84																												
c)	100	76	81,8	100																												
d)	3	10	12	12																												
	<p>5. Contínua interação entre as escolas e suas comunidades, resultando em benefícios educacionais e culturais para a comunidade e apoio efetivo para a escola.</p> <p>Parâmetros: a) % de EP com apoio comunitário organizado formalmente: 100</p> <p>I) Conselhos comunitários: N/P</p> <p>II) Círculos de pais: N/P</p> <p>III) % de EP que recebem recursos da comunidade para o orçamento operacional: N/P</p>		<p>5. O nível de cooperação entre as escolas e as comunidades e o grau de interação escola-comunidade estão mostrados abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>a)</th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>I)</td> <td>60</td> <td>29</td> <td>18</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>II)</td> <td>100</td> <td>88</td> <td>10</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>III)</td> <td>100</td> <td>70</td> <td>10</td> <td>36</td> </tr> </tbody> </table>				a)	BA	ES	MG	RS	I)	60	29	18	14	II)	100	88	10	80	III)	100	70	10	36	5.					
a)	BA	ES	MG	RS																												
I)	60	29	18	14																												
II)	100	88	10	80																												
III)	100	70	10	36																												

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL		COMENTÁRIOS																																		
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974	VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO																																				
	b) % de EP com programas que beneficiam a comunidade: I) Cursos de educação de adultos II) Eventos sócio-culturais III) Projetos de auto ajuda da comunidade IV) Biblioteca escolar usada pela comunidade.	100% N/P N/P N/P N/P	b) BA ES MG RS I) 60 23 10 34 II) 100 100 100 100 III) 25 35 N/D 20 IV) N/D 100 100 100																																				
II - Aumento das disponibilidades de oportunidades educacionais a nível ginasial a um nº maior de estudantes	1. 240.000 alunos matriculados em escolas construídas no programa, numa base de 800 alunos por escola: Parâmetros: a) Matrículas programadas i) número de escolas em funcionamento b) % de aumento de matrículas no ginásio (1970-1974) c) % de aumento da faixa etária no ginásio.	181.000 276 N/P N/P	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> <th>Prog. Nac.</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a)</td> <td>17.218</td> <td>13.730</td> <td>28.980</td> <td>34.078</td> <td>9.957</td> <td>103.963</td> </tr> <tr> <td>i)</td> <td>34</td> <td>25</td> <td>58</td> <td>50</td> <td>15</td> <td>182</td> </tr> <tr> <td>b)</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> </tr> <tr> <td>c)</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> </tr> </tbody> </table>		BA	ES	MG	RS	Prog. Nac.	Total	a)	17.218	13.730	28.980	34.078	9.957	103.963	i)	34	25	58	50	15	182	b)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	* 1. As projeções de matrículas foram calculadas tomando por base uma matrícula inicial de 400 alunos no 1º ano e um aumento progressivo de 200 alunos a mais por ano até que fosse alcançada a capacidade de matrícula de 800 alunos no quarto ano de operação da escola. Para maiores detalhes sobre a redução no nº de escolas construídas e conseqüente redução no nº de matrículas vide Parte III, item II (comentários) deste relatório. Escolas-modelo do Sub-Programa Nacional foram incluídas neste item a fim de que o nº de matrículas na situação atual não ficasse distorcida. As matrículas na Bahia referem-se ao ano de 1974. Um total de 204 escolas estarão em funcionamento no 2º semestre de 1975, portanto os nºs de matrículas irão aumentar - Vide Parte III II-1.
	BA	ES	MG	RS	Prog. Nac.	Total																																	
a)	17.218	13.730	28.980	34.078	9.957	103.963																																	
i)	34	25	58	50	15	182																																	
b)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A																																	
c)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A																																	

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS																														
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974																																
	<p>2. Prioridade na admissão de alunos capazes, oriundos de famílias de baixa renda</p> <p>Parâmetros: a) % de alunos de famílias de baixa renda. b) % de EP que estipularam critérios para garantir prioridade aos alunos de baixa renda.</p>	<p>N/P</p> <p>N/P</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a)</td> <td>N/D</td> <td>68</td> <td>80</td> <td>69</td> </tr> <tr> <td>b)</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>		BA	ES	MG	RS	a)	N/D	68	80	69	b)	100	100	100	100	<p>2. Estado de MG: apesar de o Estado haver estipulado pelo Decreto nº 318/73 que 60% dos alunos deveriam ser oriundos de famílias de baixa renda, o Estado tem de fato, 80% de alunos de famílias de baixa renda. Estado do RS: também é dada prioridade a alunos vindos de escolas tributárias.</p>															
	BA	ES	MG	RS																														
a)	N/D	68	80	69																														
b)	100	100	100	100																														
<p>III - Aumentar o nível de recursos e melhorar o fluxo dos recursos dotados pelos Governos Federal e Estaduais para a educação a nível ginásial</p>	<p>1. Estados participantes gastando pelo menos 20% das verbas estaduais totais com a educação e aumentando os gastos com a educação em 2% ao ano até alcançar 30%.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>a) % no ano base 1970 b) % no 1º ano - 1971 c) % no 2º ano - 1972 d) % no 3º ano - 1973 e) % no 4º ano - 1974</p>	<p>20%</p> <p>22%</p> <p>24%</p> <p>26%</p> <p>28%</p>	<p>1. O desempenho dos Estados na dotação de percentagens pré-estabelecidas do total de despesas do Estado para a educação é demonstrado abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a)</td> <td>20,3%</td> <td>27,4%</td> <td>30,3%</td> <td>24,1%</td> </tr> <tr> <td>b)</td> <td>22,7%</td> <td>30,6%</td> <td>28,0%</td> <td>25,6%</td> </tr> <tr> <td>c)</td> <td>25,4%</td> <td>27,4%</td> <td>25,2%</td> <td>24,0%</td> </tr> <tr> <td>d)</td> <td>26,1%</td> <td>26,0%</td> <td>27,9%</td> <td>26,9%</td> </tr> <tr> <td>e)</td> <td>N/D</td> <td>N/D</td> <td>N/D</td> <td>N/D</td> </tr> </tbody> </table>		BA	ES	MG	RS	a)	20,3%	27,4%	30,3%	24,1%	b)	22,7%	30,6%	28,0%	25,6%	c)	25,4%	27,4%	25,2%	24,0%	d)	26,1%	26,0%	27,9%	26,9%	e)	N/D	N/D	N/D	N/D	<p>1. Para maiores detalhes vide Quadro: "Responsabilidades dos Estados Participantes, Convênio MEC-Estado", que foi incorporada como V Parte deste relatório final. Para verificar as responsabilidades financeiras do Governo Federal, vide IV Parte deste relatório final.</p>
		BA	ES	MG	RS																													
a)	20,3%	27,4%	30,3%	24,1%																														
b)	22,7%	30,6%	28,0%	25,6%																														
c)	25,4%	27,4%	25,2%	24,0%																														
d)	26,1%	26,0%	27,9%	26,9%																														
e)	N/D	N/D	N/D	N/D																														
	<p>2. Expansão do programa das EP em todos os Estados, fazendo uso dos recursos federais e estaduais.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>a) Nº de escolas construídas, transformadas ou planejadas com recursos brasileiros;</p> <p>b) exemplos da influência da orientação das EP em outros programas educacionais.</p>	<p>N/P</p> <p>N/P</p>	<p>2. Duas EP estão em funcionamento em Altamira e Santarém no Estado do Pará. Os Estados de Piauí, Paraná e Minas Gerais, construíram novas EP e transformaram outras escolas para que oferecessem currículos das EP. A EP, de fato, tornou-se um modelo para a educação a nível ginásial por todo o Brasil.</p>	<p>A filosofia e a fundamentação teórica das EP exerceram uma influência fundamental no planejamento geral da educação, e levaram à evolução de planos para a "escola fundamental" e o "centro escolar de 1º grau". A EP é ainda uma das opções disponíveis aos Estados para um maior desenvolvimento da educação.</p> <p>Deve ser mencionado ainda que a filosofia e a fundamentação teórica da EP foram incorporados a vários programas de construção de escolas sob financiamento dos Bancos Mundial e Interamericano para o Desenvolvimento.</p>																														

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS																				
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974																						
	<p>3. Apoio financeiro efetivo para o funcionamento das EP e disponibilidade de recursos e mecanismos adequados para a canalização de recursos para as escolas, quando necessários.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>a) % da verba de funcionamento das EP financiada pelo Estado.</p> <p>b) % de EP em boas condições físicas.</p> <p>c) % de EP com provisão contínua e adequada de suprimentos e materiais.</p>	<p>N/P</p> <p>N/P</p> <p>N/P</p>	<p>3. As condições financeira e de funcionamento das EP, nos quatro Estados participantes, é dada abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a)</td> <td>96</td> <td>100</td> <td>97</td> <td>95</td> </tr> <tr> <td>b)</td> <td>85</td> <td>94</td> <td>100</td> <td>99</td> </tr> <tr> <td>c)</td> <td>60</td> <td>35</td> <td>26</td> <td>80</td> </tr> </tbody> </table>		BA	ES	MG	RS	a)	96	100	97	95	b)	85	94	100	99	c)	60	35	26	80	3.
	BA	ES	MG	RS																				
a)	96	100	97	95																				
b)	85	94	100	99																				
c)	60	35	26	80																				
IV Melhoria da capacidade gerencial dos sistemas educacionais envolvidos no programa.	<p>1. Estabelecimento de uma comissão para a implantação do programa.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>a) N^o de comissões estabelecidas.</p>	1	<p>1. O PREMEN foi estabelecido como a comissão responsável pela implantação do programa. Sua eficiência operacional foi reconhecida pelo MEC e Secretarias Estaduais de Educação. As metodologias do PREMEN foram usadas por várias outras comissões educacionais resultando frequentemente, em melhorias que são por sua vez utilizadas pelo PREMEN.</p>	<p>1. Tendo o PREMEN sido estabelecido com o único propósito de desenvolver o programa, este empréstimo tornou-se, devido ao seu bem-sucedido desempenho, uma comissão permanente subordinada ao MEC para a implantação de projetos educacionais especiais.</p>																				
	<p>2. Instalação de agências para implantar o programa nos Estados participantes.</p> <p>Parâmetro:</p> <p>a) N^o de agências estabelecidas.</p>	4	<p>2. As comissões estaduais do PREMEN foram os veículos da implantação das experiências e metodologias às Secretarias Estaduais de Educação. Estas agências, com exceção do Rio Grande do Sul, foram extintas devido ao término das atividades do programa.</p>	<p>2. O escritório do PREMEN no Rio Grande do Sul continua em funcionamento, como resultado de uma renovação do Convênio MEC-Estado, a fim de implantar atividades programadas pelo Empréstimo n^o 081.</p>																				

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
	3. Utilização dos serviços de uma consultoria de arquitetura e engenharia.	N/P	3. A utilização de uma firma particular de consultoria, neste caso, para o planejamento e a construção de uma escola foi uma novidade no setor educacional no Brasil. Esta prática já era rotineira em outros setores do Governo, tais como: transporte, energia e comunicações. Esta iniciativa do PREMEN, apoiada pela USAID, estimulou as firmas particulares a se prepararem para poderem prestar serviços qualificados no setor educacional.	3. O contrato para a prestação de serviços de consultoria de A&E ao PREMEN foi rescindido. Entretanto, o PREMEN firmou novos contratos de consultoria para outros programas, inclusive o programa sob o empréstimo 081.
	4. Transferência de metodologias de gerência, controle e avaliação.	N/P	4. Os métodos de controle e acompanhamento físico e financeiro dos projetos educacionais, contrastam de forma evidente com os projetos educacionais estaduais financiados pelo MEC, tradicionalmente controlados. Uma avaliação periódica dos projetos e programas, especialmente como é sugerida pela USAID, promoveu um interesse considerável por parte de outras representações do MEC e das Secretarias de Educação dos Estados participantes para seus próprios sistemas de controle. A transferência de tais metodologias teve início e continua a se processar como um benefício indireto deste Empréstimo. A respeito deste tópico, as seguintes realizações merecem ser mencionadas: 4.1 - Observações da gerência feitas por estudantes universitários que trabalharam no PREMEN como estagiários nas áreas de construção e recursos humanos.	4. Vide a lista de Instrumentos de Controle do Programa usados pelo PREMEN na implementação deste Empréstimo, que foi incorporada como VIII Parte deste relatório final. Estes controles ainda estão em uso pelo PREMEN para atividades sob o Empréstimo-081. A maioria destes controles foi transferida com sucesso para Secretarias Estaduais de Educação e para outras agências, que implantam projetos e programas educacionais.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
			<p>4.2 – CEBRACE, o Centro Brasileiro de Construção e Equipamento Escolares, uma consequência da experiência do PREMEN, foi instalado como uma representação permanente do MEC, após um estágio inicial de formação institucional. O CEBRACE é um dos Programas Nacionais que recebe assistência sob o Empréstimo-081.</p> <p>4.3 – A organização de um sistema contínuo para avaliação de projeto e programa.</p> <p>4.4 – Introdução de métodos para o desenvolvimento da auto-avaliação das EP.</p> <p>4.5 – Desenvolvimento de documentação sobre manutenção e orçamentos escolares que foram distribuídos às equipes das EP durante os cursos de treinamento.</p>	

**III PARTE – REALIZAÇÃO DE OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS
PRODUTOS DO PROGRAMA**

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
1. Elaboração e adaptação de ginásios de acordo com as Diretrizes para o Ginásio Polivalente.	1. Projeto original baseado em especificações educacionais, durante os dois primeiros anos do programa.	1971-1972	1. Três projetos arquitetônicos iniciais desenvolvidos nos Estados; e seis para o Sub-Programa Nacional, correspondendo a seis regiões de condições climatológicas diferentes.	1
	2. Avaliação da escola em funcionamento e modificação do projeto arquitetônico, quando necessário, no transcorrer dos dois últimos anos do programa.	1972-1974	2. Avaliações levadas a efeito em 1972/1973 resultaram em revisões adicionais nos projetos arquitetônicos. Hoje há mais de 16 projetos-modelo e a tendência é adaptar estes projetos às necessidades e características específicas de uma área determinada. As equipes estaduais mais experientes familiarizaram-se no planejamento de sistemas e unidades escolares. A utilização de especificações escolares no projeto de uma escola é agora aceita rotineiramente.	2.
II. Construção e equipamento de novos Ginásios Polivalentes (5ª à 8ª séries)	1. Programa dos Estados Participantes:		1. 204 escolas foram construídas e equipadas conforme demonstração abaixo:	1. A diferença entre o n ^o de escolas previstas e o n ^o de escolas realmente construídas foi causada por acréscimos inesperados no custo da construção conforme demonstração abaixo:
(1) Fonte: a) Anexo I ao Convênio de Empréstimo; b) Anexo II ao Convênio MEC/ESTADO e Fundamentação Teórica da EP; c) Outros documentos elaborados durante a execução do programa	Bahia	48	39	Custo Médio por Escola (Cr\$)
	Espírito Santo	34	29	
	Minas Gerais	90	61	
	Rio Grande do Sul	85	56	
	Sub-Programa Nacional (escolas modelo)	19	19	
	Total	<u>276</u>	<u>204</u>	
			Das 204 escolas construídas, 182 estão em funcionamento, abrigando 103.963 alunos em dois turnos.	Estimativa do custo no Acordo de Empréstimo - 1969 526.548,00

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
			As outras 22 escolas começarão a funcionar no segundo semestre de 1975.	<p>(Esta estimativa previa apenas um aumento de 20% no custo da construção durante o programa)</p> <p>Custo médio real da 1ª fase (1970/72) 857.271,00</p> <p>Custo médio real da 2ª fase (1972/73) 975.909,00</p> <p>Custo médio real da 3ª fase (1973/75) 1.758.252,00</p> <p>Entretanto, se considerarmos a área total construída, a diferença entre o programado e o realizado diminui. As 276 escolas foram previstas inicialmente com uma área de 1.600 m² cada uma, mas após a revisão das especificações educacionais e a aprovação dos primeiros projetos-modelo, a área por escola foi aumentada para 2.400 m². Em termos de área 489.600 m² (204 x 2.400) foram construídos ao invés da previsão de 441.600 m² (276 x 1.600). Portanto, houve uma redução de 26% em termos de unidades escolares que foi parcialmente compensado por um aumento de 11% em termos de área construída.</p>
III. Construção e equipamento de novos Colégios Polivalentes (9ª à 12ª séries)	1. Programa dos Estados Participantes: Bahia Espírito Santo Minas Gerais Rio Grande do Sul Total	2 2 2 2 <hr/> 8	1. Nenhum Colégio Polivalente foi construído. Entretanto, estudos sobre o currículo, especificações educacionais e especificações do equipamento para os CP foram realizados e aprovados pelo MEC. Estes planos e documentos estão agora sendo usados para a construção de CP no programa do Empréstimo 081 e também, servindo de subsídios à reforma educacional em andamento em todos os Estados.	1. Devido ao aumento de custo do CP não houve verba suficiente para a construção deste tipo de escola, neste Empréstimo.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
IV. Transformação de ginásios existentes em E.P. (5ª a 8ª séries)	1. Programa dos Estados Participantes: Bahia Espírito Santo Minas Gerais Rio Grande do Sul Total	12 9 9 <u>0</u> 30	1. Nenhum projeto de transformação foi levado a efeito.	1. Nenhuma transformação foi considerada econômica ou tecnicamente viável. Entretanto, um modelo e metodologia para transformação foram elaborados; estes foram estudados e adotados em todos os Estados envolvidos na reforma de ensino. Alguns projetos de transformação foram realizados por vários Estados, financiados com recursos do próprio Estado. Uma unidade de 2º Grau do Colégio Pedro II (uma escola federal) está sendo transformada com recursos do empréstimo 081.
V. Treinamento de professores e administradores em número suficiente para lotar as novas escolas.	1. Programa dos Estados Participantes: a) Treinamento de Professores - cursos de formação b) Reciclagem de professores c) Reciclagem de administradores Sub Total Sub-Programa Nacional: a) Treinamento de professores - cursos de formação b) Reciclagem de professores c) Reciclagem de administradores Sub Total Total	7.984 4.238 <u>1.160</u> 13.382 1.610 8.323 <u>0</u> <u>9.933</u> 23.315	1. O número real de professores e administradores treinados é dado abaixo: 4.408 1.642 <u>1.708</u> 7.758 362 255 <u>179</u> <u>796</u> 8.554	1. O PREMEN decidiu, com a aprovação da USAID não realizar o treinamento de aproximadamente 9.100 professores do Sub-Programa Nacional. Estes professores não eram necessários para lotar as E.P.-modelo construído pelo programa. A justificativa do PREMEN e do MEC para esta decisão foi que não se poderia garantir uma utilização real destes professores. Este treinamento não poderia ser integrado a outros elementos essenciais do programa das E.P. tais como construções especialmente planejadas, currículo aperfeiçoado e serviços técnicos de apoio adequados. As verbas originalmente dotadas para este treinamento (recursos do Governo Brasileiro), foram transferidas para atividades de construção do Programa dos Estados Participantes.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
VI. Equipamento de Centros de Treinamento de Professores	1. Centros de Ciências equipados, um centro em cada um dos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Guanabara, Pernambuco e São Paulo.	6	1. Cinco Centros de Ciências foram de fato equipados para prestarem serviços ao programa, um centro em cada um dos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Guanabara e Espírito Santo.	1. Para maiores detalhes, vide Anexo nº 5 deste relatório final
	2. Centros de Artes Práticas equipados, um centro em cada um dos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.	4	2. Quatro centros de Artes Práticas foram de fato equipados para prestarem os serviços desejados ao programa, um centro em cada um dos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.	2. Para maiores detalhes vide, Anexo nº 5 deste relatório final.
	3. Universidades e/ou centros de treinamento organizados para prestarem serviços ao programa das EP.	N/P	3. Trinta e duas instituições de educação superior (universidades e centros de treinamento) aperfeiçoaram suas organizações e participaram do programa de treinamento de pessoal para as EP.	3.
VII. Treinamento nos E.U.A. de líderes educacionais brasileiros engajados no programa da E.P.	1. Número de educadores brasileiros enviados aos E.U.A. para treinamento. (estudos de nível universitário).	60	1. Setenta e nove supervisores dos 4 Estados participantes frequentaram cursos de treinamento de 3 meses, nos E.U.A. Estes educadores retornaram aos seus respectivos Estados para contribuírem para o desenvolvimento de um melhor sistema de supervisão da educação estadual.	1. Dos 79 supervisores, 73 eram dos quatro Estados participantes e 6 de órgãos nacionais: PREMEN e CECINE. Vide lista de participantes no Anexo 6 deste relatório final.
	2. Efetiva utilização do pessoal treinado nos E.U.A. pela Secretaria Estadual de Educação (SEC).	N/P	2. Uma alta percentagem dos participantes ocupa atualmente posição de destaque nas Secretarias de Educação de seus Estados. Dos 73 participantes treinados, 18 ocupam posições chave, técnicas e/ou administrativas nas SECs; 22 são supervisores escolares; 24 trabalham em universidades; 3 estão em treinamento superior e 6 não estão mais trabalhando nos Sistemas Estaduais de Educação.	2.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
VIII. Metodologia para testar aptidões e desempenhos dos alunos.	1. Desenvolvimento e padronização dos testes de desempenho.	1970-1972	1. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolveu uma Bateria de Testes Diversificados de Aptidões e Questionário de Interesses Vocacionais. Contratada pelo PREMEN, a FGV aplicou estes testes nos 4 Estados participantes para fins de estabelecer normas locais a serem utilizadas pelas escolas.	1.
	2. Experimentação de testes padronizados nas EP.	1972-1973	2. 11.211 alunos de 6ª série em 104 escolas polivalentes foram testados e normas para os testes foram estabelecidas para cada Estado.	2.
	3. Avaliação da experimentação, revisão e adoção dos testes.	1973-1974	3. Uma comissão incluindo um representante do Departamento de Educação Fundamental do MEC, está avaliando os resultados e a possibilidade de estender-se a aplicação dos testes aos alunos de 6ª série de outras escolas dos 4 Estados participantes e de outros Estados do Brasil. Os resultados dos testes já disponíveis possibilitarão aos 4 Estados participantes uma adaptação dos currículos e dos programas de ensino das EP., conforme for necessário, às aptidões e interesses dos alunos.	
IX. Programa eficiente de orientação educacional nas escolas	1. Treinamento e colocação de orientadores em cada escola.	100%	1. A porcentagem de escolas EP com orientadores especialmente treinados é mostrada abaixo: Estado BA ES MG RS Porcentagem: 60 100 41 94	3.
	2. Porcentagem de escolas com programas funcionando eficientemente.	100%	2. A porcentagem de escolas EP com um programa de orientação educacional funcionando eficientemente é mostrada a seguir.	

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
		100%	Estado: BA ES MG RS Porcentagem: 97 90 25 94	
X. Currículo adequado capaz de proporcionar aos estudantes flexibilidade na escolha de uma carreira profissional sem um compromisso irreversível. compromisso irreversível.	1. Preparação de currículos especiais para as escolas polivalentes.	1970-1974	1. O PREMEN forneceu aos Estados a organização inicial do currículo. Os 4 Estados participantes desenvolveram o currículo da EP dentro das diretrizes gerais emitidas pelo Conselho Federal de Educação. Esses currículos foram aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.	1.
	2. Treinamento e colocação de coordenadores pedagógicos em cada escola.	100%	2. A porcentagem de escolas polivalentes com coordenadores pedagógicos especialmente treinados, é mostrada abaixo: Estado: BA ES MG RS Porcentagem: 80 98 82 68	2. O Estado do Rio Grande do Sul está treinando pessoal adicional para completar a equipe escolar das EP.
	3. Reuniões periódicas da equipe administrativa, técnica e docente para rever e sugerir modificações curriculares.	1970-1974	3. A avaliação e a revisão adequada do currículo são de responsabilidade do Estado e das escolas com a assistência técnica do MEC. A experiência variou de Estado para Estado. Minas Gerais encoraja cada EP a avaliar seu currículo e a fazer as alterações necessárias. No ES a equipe de supervisores lidera a avaliação de currículos.	3.
	4. Flexibilidade proporcionada através de opções curriculares.	1970-1974	4. De modo geral as opções curriculares referem-se aos cursos de artes práticas. Todas as EP estabeleceram estas opções. Em MG as EP introduziram mais variações curriculares devido à maior liberdade dada pela SEC no que se refere à modificação curricular.	4. Quanto à orientação geral das EP há um mínimo de 4 opções curriculares nas artes práticas: a) artes industriais; b) educação para o lar; c) técnicas comerciais; e d) técnicas agrícolas.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
	5. Articulação do programa curricular entre as escolas primárias tributárias e as EP.	1970-1974	5. O sucesso no estabelecimento da articulação desejada com as escolas tributárias variou de estado para Estado. A maioria das escolas em MG já articularam completamente o seu currículo com escolas primárias tributárias de tal modo a formarem uma escola integrada de educação fundamental (séries 1 a 8). Os outros Estados estão proporcionando orientação, por intermédio de suas Secretarias de Educação, às EP para uma melhor articulação com as escolas tributárias.	5.
XI. Instalação de um sistema de supervisão escolar para assistência aos professores na modernização do currículo e dos métodos de ensino.	1. Estabelecimento oficial de um programa de supervisão dentro das Secretarias Estaduais de Educação.	1972-1973	1. As Secretarias de Educação (SEC) dos 4 Estados participantes estão implantando a reforma de educação de acordo com a Lei nº 5692/71 que dá ênfase à supervisão educacional, como demonstrado abaixo: BA — A SEC criou um sistema estadual de supervisão educacional por meio do parecer nº 36/74 datado de 7/1/74. Este sistema é coordenado por uma junta supervisora na qual os órgãos que, de fato, realizam a supervisão escolar estão representados. ES — Por intermédio do decreto nº 725-N de 19.1.73, a SEC estabeleceu um novo Departamento de Currículo e Supervisão dentro da nova estrutura da Secretaria. MG -- A base legal para Supervisão Educacional está contida no Decreto nº 14850 de 21/9/72 que descreve a sua reestruturação com referência a Reforma Administrativa da SEC.	1.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
			RS:— A SEC implantou uma reforma administrativa que teve início em 17/5/71 através do decreto nº 21.120. A nova estrutura reconhece que a pesquisa e a supervisão são elementos indispensáveis à melhoria da educação no Estado.	
	2. Dentro do programa de Supervisão, desenvolvimento de rotinas eficientes de trabalho.	1973-1974	<p>2. A experiência varia de Estado para Estado mas todos alcançaram um certo grau de progresso no estabelecimento de rotinas eficientes de trabalho, conforme indicado abaixo:</p> <p>BA: — Incluiu uma orientação operacional para seu sistema de supervisão no parecer nº 36/74.</p> <p>ES: — O grupo de supervisores cresceu de 8 técnicos em 1972 para 19 em 1974. Seu raio de ação estendeu-se a todas as escolas da rede estadual.</p> <p>MG:— A SEC deu prioridade à instalação de um sistema eficiente de supervisão. Atividades relevantes já desempenhadas incluem a elaboração de um plano de trabalho de supervisão e avaliação de experiências recentes.</p> <p>RS:— O programa de supervisão abrange todas as escolas estaduais, inclusive as EP.</p>	2.

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS																				
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974																						
XII. Bibliotecas escolares funcionando como apoio indispensável ao programa das EP.	1. Disponibilidade da coleção básica padrão de aproximadamente 1.740 volumes, em cada biblioteca.	100%	1. Todas as EP. do Programa nos 4 Estados participantes e as Escolas Modelo, do Sub-Programa Nacional, receberam uma coleção padrão inicial de pelo menos 1.740 títulos de livros para suas bibliotecas.	1.																				
	2. Coleção adequada às necessidades das EP.	N/P	2. A coleção existente é satisfatória de um modo geral, em número de títulos e volumes, para as necessidades correntes das EP.	2.																				
	3. Treinamento e colocação de bibliotecários em cada EP.	100%	3. A situação das EP. lotadas com bibliotecários treinados é mostrada abaixo: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Estado</th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>% de escolas c/bibliotecários treinados</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>12</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>% de escolas c/bibliotecários assistentes treinados</td> <td>100</td> <td>88</td> <td>55</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>% de escolas sem bibliotecários e sem assistentes treinados</td> <td>0</td> <td>12</td> <td>33</td> <td>84</td> </tr> </tbody> </table>	Estado	BA	ES	MG	RS	% de escolas c/bibliotecários treinados	0	0	12	16	% de escolas c/bibliotecários assistentes treinados	100	88	55	0	% de escolas sem bibliotecários e sem assistentes treinados	0	12	33	84	3. As EP que não têm nem bibliotecário nem assistente de bibliotecário normalmente nomeiam um professor para assumir a responsabilidade da biblioteca. A falta de incentivos salariais é responsável pela dificuldade de recrutar bibliotecários. Bibliotecários com diplomas universitários estão em grande demanda e o ordenado oferecido pelas EP é insuficiente para atraí-los.
	Estado	BA	ES	MG	RS																			
% de escolas c/bibliotecários treinados	0	0	12	16																				
% de escolas c/bibliotecários assistentes treinados	100	88	55	0																				
% de escolas sem bibliotecários e sem assistentes treinados	0	12	33	84																				
4. Utilização regular da biblioteca pelos professores e alunos.	N/P	4. A utilização da biblioteca é regular e razoavelmente freqüente conforme demonstrado abaixo: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Estado</th> <th>BA</th> <th>ES</th> <th>MG</th> <th>RS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Média de consultas diárias de alunos</td> <td>150</td> <td>26</td> <td>42</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>de profess.</td> <td>10</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>9</td> </tr> </tbody> </table>	Estado	BA	ES	MG	RS	Média de consultas diárias de alunos	150	26	42	55	de profess.	10	2	2	9	4.						
Estado	BA	ES	MG	RS																				
Média de consultas diárias de alunos	150	26	42	55																				
de profess.	10	2	2	9																				

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
XIII. Fornecimento adequado de livros didáticos e material de ensino para uso dos alunos e professores	1. Desenvolvimento de procedimentos para seleção e aquisição de livros	1970-1971	1. Procedimentos para a seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos à base de 5 livros por aluno, foi desenvolvido e implantado com sucesso pelo INL (Instituto Nacional do Livro) mediante um contrato com o PREMEN e as Secretarias Estaduais de Educação.	1.
	2. Bancos de livros organizados em cada escola para assegurar a reutilização dos livros fornecidos pelo programa.	100%	2. Uma grande porcentagem de escolas organizou Bancos de Livros conforme demonstrado abaixo: BA: Os Bancos de Livros estão em organização. ES: 100% das escolas organizaram Bancos de Livros. MG: 50% das escolas organizaram Bancos de Livros. As restantes construídas na fase III estão atualmente organizando seus Bancos de Livros. RS: 98% das escolas organizaram os Bancos de Livros.	2.
	3. Distribuição de livros textos às EP.	100%	3. 1.260.000 livros texto foram distribuídos a todas as EP nos 4 Estados participantes e às Escolas-Modelo do Sub-Programa Nacional (6.000 livros por escola). Cerca de 252.000 alunos estão atualmente usando ou usarão estes livros em 210 escolas (cerca de 1.200 alunos por escola).	3. Livros texto foram fornecidos a 6 EP não incluídas no programa do Empréstimo 078, que foram construídas nos Estados do Pará e Minas Gerais com fundos do Governo Federal. A EP tem prevista uma capacidade total de 800 alunos, entretanto foram distribuídos livros considerando-se uma matrícula máxima de 1.200 alunos, no caso de se adotar um turno noturno, o que acrescentaria 400 alunos à matrícula planejada originalmente para dois turnos (manhã e tarde.)

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
XIV. Aperfeiçoamento dos programas de treinamento do professor através de modernos métodos de ensino e conceituação da educação polivalente.	1. Desenvolvimento da estrutura e do conteúdo de cursos especiais.	1971-1972	1. O Conselho Federal de Educação aprovou a estrutura e o conteúdo de cursos intensivos de curta duração para professores de artes práticas e disciplinas acadêmicas (parecer n.º 912/69, 255/70, 74/70). Os cursos da Terceira Fase foram modificados conforme as novas exigências legais, as experiências de cursos anteriores e as recomendações de reuniões e seminários realizados para aprofundar o treinamento. (Vide também o item n.º 4 abaixo)	1.
	2. Convênios com universidades e/ou centros de treinamento.	N/P	2. Convênios com 32 instituições de educação superior foram assinados para a realização das atividades de treinamento de professores para as 3 fases do programa.	2.
	3. Provisão de equipamento e material de ensino.	N/P	3. Cada orçamento do programa de treinamento incluiu a compra de materiais e equipamento, que passaram a ser de propriedade da universidade após o término do programa de treinamento. Da quantia total, pelo menos 20% seria usado para a compra de livros para a biblioteca da universidade. O PREMEN exercia controle sobre essas aquisições através de relatórios recebidos dos centros de treinamento.	3.
	4. Avaliação e modificação dos cursos.	1972-1973	4. A avaliação contínua dos cursos era feita através de quadros e relatórios mensais, trimestrais e finais, preparados, de acordo com o manual do PREMEN. Avaliações completas foram realizadas em 5 encontros dos Coordenadores de cursos. Uma avaliação especial da eficiência do	4.

PLANO ORIGINAL

OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974	SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
			<p>programa de treinamento foi levada a efeito nos 4 Estados participantes em setembro/outubro de 1972. Como resultado, várias modificações foram incorporadas ao programa de treinamento a ser realizado mais tarde, isto é, alguns cursos novos foram introduzidos e a duração de outros aumentada.</p>	
<p>XV. Instalação de melhor ambiente de trabalho e incentivos aos professores.</p>	<p>1. Organização de estrutura salarial de acordo com o grau de treinamento e número de horas de trabalho</p>	<p>N/P</p>	<p>5. Os documentos preparados pelo PREMEN e universidades empenhadas no treinamento de professores foram solicitados e usados por outros Estados. A licenciatura de curta duração, que qualifica o professor, iniciada pelo programa do PREMEN é atualmente oferecida por outras universidades. O PREMEN não estava empenhado na padronização de seus cursos mas preocupou-se na análise da eficiência destes e na introdução de alterações desejáveis para a melhoria do programa das EP.</p>	<p>5.</p>
		<p>1970-1971</p>	<p>1. As equipes das EP percebem salário correspondente a regime de tempo-integral. No RS a Lei nº 6534 de 25/1/73 estabeleceu um regime de trabalho para os professores das EP, de 44 horas por semana, com 26-32 horas em sala de aula. A base salarial foi ajustada de acordo com o número de aulas, passando a ser três vezes o salário recebido por professores em outras escolas estaduais que tem emprego de meio-expediente.</p>	<p>1. Todos os Estados do Brasil prepararam e estabeleceram legalmente o Estatuto do Magistério, com base em diretrizes obrigatórias conforme estipulado pelo Decreto Federal nº 71.244 datado de 11/10/72.</p>

PLANO ORIGINAL			SITUAÇÃO ATUAL VERIFICAÇÃO DO PROGRESSO	COMENTÁRIOS
OBJETIVOS ORIGINALMENTE PLANEJADOS (1)	INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PERÍODO DO PROGRAMA 1970-1974		
	2. Aumentos salariais periódicos de acordo com os aumentos de salário para os outros professores da rede estadual.	N/P	2. O Projeto de Aumentos Salariais periódicos é um dos componentes dos Estatutos do Magistério que foram introduzidos legalmente nos 4 Estados participantes.	2.
	3. Desenvolvimento de um programa de reciclagem periódica dos professores.	N/P	3. A Bahia programou um curso suplementar na 3ª fase para o pessoal que foi treinado durante as 2 primeiras fases. Isto possibilitará aos professores melhorarem seu nível de competência e adquirirão créditos adicionais para o grau universitário. Minas Gerais também permitiu aos professores treinados nas duas primeiras fases que se matriculassem nos cursos da 3ª fase para aperfeiçoamento individual. Por iniciativa própria, as equipes das EP em todos os 4 Estados participantes organizaram seminários e conferências a fim de trocarem experiências contribuindo para um enriquecimento profissional.	3.
XVI. Organização de classes de recuperação e outras deliberações especiais para reduzir a reprovação e promover relacionamento faixa etária-grau de ensino.	1. Número de EP com este programa (durante o ano letivo, período de férias ou ambos).	100%	1. Quase todas as EP em todos os quatro Estados organizaram programas de recuperação durante o ano letivo regular. Poucos, entretanto, oferecem aulas de recuperação durante os períodos de férias. Em MG as Resoluções 318/73 de 13/12/73 fizeram com que as aulas de recuperação fossem compulsórias em todas as escolas da rede estadual durante o ano letivo e durante as férias.	1.

**III PARTE – Anexo 1
RESUMO DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS**

	Construção e Equipamento		Vagas para novos estudantes Dois Turnos		Escolas em Funcionamento		Treinamento no Brasil		Treinamento nos Estados Unidos	
	Previsto (1)	Realizado	Previsto	Realizado	Número	Matrícula 1975	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
ESTADO										
Bahia	NEP 48 TEP 12 NCP 2	39 0 0	38.400 2.400 4.000	31.200 0 0	34 0 0	17.218* 0 0	TP 1.666 RP 710 PTA 225	1.151 133 459	N/P	20
Espírito Santo	NEP 34 TEP 9 NCP 2	29 0 0	27.200 1.800 4.000	23.200 0 0	25 0 0	13.730 0 0	TP 762 RP 980 PTA 238	531 410 212	N/P	14
Minas Gerais	NEP 90 TEP 9 NCP 2	61 0 0	72.000 1.800 4.000	48.800 0 0	58 0 0	28.980 0 0	TP 3.083 RP 1.070 PTA 355	1.754 254 644	N/P	19
Rio Grande do Sul	NEP 85 TEP 0 NCP 2	56 0 0	68.000 0 4.000	44.800 0 0	50 0 0	34.078 0 0	TP 2.473 RP 1.478 PTA 342	972 845 393	N/P	20
Sub-Programa Nacional	NEP 19 TEP 0 NCP 0	19 0 0	15.200 0 0	15.200 0 0	15 0 0	9.957 0 0	TP 1.610 RP 8.323 PTA 0	362 255 179	N/P	6
TOTAL	NEP 276 TEP 30 NCP 8	204 0 0	220.800 6.000 16.000	163.200 0 0	182 0 0	103.963 0 0	TP 9.594 RP 12.561 PTA 1.160	4.770 1.897 1.887	60	79

Notas:

- NEP = Nova Escola Polivalente (5ª a 8ª série)
- TEP = Transformação de Escola Existente em EP
- NCP = Novo Colégio Polivalente (9ª a 12ª série)
- PTA = Reciclagem do Pessoal Técnico Administrativo
- N/P = Não previsto
- TP = Treinamento de professores (1.600, 1.920 horas)
- RP = Reciclagem de professores (240, 320 horas)

* Estes dados de matrícula se referem a 1974

(1) Previsto no Acordo de Empréstimo

**IV PARTE
RESPONSABILIDADES DO MEC**

A) Segundo o Acordo de Empréstimo

Todas as responsabilidades do Governo Brasileiro (MEC-PREMEN) conforme exigido no Acordo de Empréstimo foram cumpridas satisfatoriamente.

1. Acordo de Empréstimo — Art. V Seção 5.02 (a) "O mutuário deverá transferir ao MEC, por conta do exercício financeiro federal de 1968 em moeda corrente, quantia não inferior a Cr\$ 665.000.000, além da contribuição de contrapartida prevista para o Programa na Seção 5.01 do Acordo de Empréstimo"; e

2. Art. V seção 5.02 (b) "Além da contribuição da contrapartida prevista na Seção 5.01, o mutuário durante os exercícios financeiros federais de 1969, 1970 e 1971, aumentará progressivamente, em termos reais, a sua transferência em moeda corrente ao MEC, usando o ano de 1968 ano-base, de acordo com o Índice Geral de Preços"; foram cumpridas satisfatoriamente como se pode verificar pelas informações constantes a seguir:

**DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL COM EDUCAÇÃO (1968-1974)
(em milhões de cruzeiros)**

**DESPESAS TOTAIS DO GOVERNO FEDERAL (A)
DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL c/EDUCAÇÃO (B)**

ANO	Preços	Preços	Preços	Preços	%
	correntes	1968	correntes	1968	
1968	11.542,9	11.542,9	829,6	829,6	7,2
1969	18.651,5	15.445,8	1.170,5	969,3	6,3
1970	28.115,6	19.104,2	1.476,0	1.002,9	5,2
1971	27.051,6	15.361,4	1.896,5	1.076,9	7,0
1972	38.198,3	18.460,6	2.612,1	1.262,4	6,8
1973	50.766,9	21.241,9	3.165,4	1.324,5	6,2
1974	58.556,0 (1)	19.039,7 (1)	3.583,7 (1)	1.165,3 (1)	6,1

Notas: Fonte-Publicações do MEC e do Ministério da Fazenda.

Gastos realizados exceto nota em contrário

Deflacionado pelo Índice Geral de Preços FGV

(1) Despesas orçamentárias (em geral as despesas orçamentárias são inferiores as despesas realizadas)

B) Segundo os Convênios MEC/Estado

As responsabilidades do MEC/PREMEN conforme estipulado nos convênios celebrados pelo MEC com os quatro Estados Participantes, incluem: a) Autorizar desembolso de recursos para os Estados; b) Elaborar e executar planos de treinamento de pessoal nos Estados; c) Estabelecer comissão executiva para prestar assistência aos Estados na organização e administração de programas; d) Prestar assistência técnica em assuntos de engenharia compras em geral e financiamento; e) Prover diretrizes para a execução de programa de construções; e, f) Adquirir equipamento escolar para o Programa ou delegar competência aos Estados.

Todas estas responsabilidades foram cumpridas satisfatoriamente pelo MEC/PREMEN.

V PARTE

**RESPONSABILIDADES DOS ESTADOS PARTICIPANTES SOB
OS CONVÊNIOS MEC-ESTADO**

As responsabilidades dos Estados Participantes conforme determinado no Convênio celebrado entre o MEC e cada Estado Participante compreendem 24 itens. As responsabilidades dos itens mais importantes são: a) Aumentar os gastos educacionais numa progressão anual de 2% até que o teto de 30% dos gastos totais do Estado fosse alcançado — a dotação mínima foi estipulada em 20% em 1970; b) Dotar 40% do crescimento anual dos gastos com a educação secundária — o ano base convencionado foi o de 1971; c) Proporcionar a organização e o currículo de acordo com a fundamentação teórica da EP; d) Assegurar locais adequados para a construção de novas EP; e) Definir processos de planejamento, especificações e licitações para novas escolas; f) Manter novas escolas polivalentes em condições satisfatórias de funcionamento e pagar pontualmente os salários do pessoal; g) fazer registros contábeis do Programa; h) Submeter, quando requisitados, relatórios ao PREMEN, i) Submeter anualmente ao PREMEN planos detalhados de implementação; j) Submeter anualmente revisão e avaliação do Programa ao PREMEN, etc.

Todas as responsabilidades dos Estados Participantes do Convênio MEC/Estado foram cumpridas satisfatoriamente. O cumprimento das responsabilidades orçamentárias, como descrito em a) e b) acima, pode ser verificado nos quadros abaixo.

abaixo.

a) Despesas educacionais como percentagem dentro das despesas totais do Estado.

ESTADO:	1970	1971	1972	1973	1974
Bahia					
Compromisso assumido	20 %	22 %	24 %	26 %	28 %
Gastos reais	20,3%	22,7%	25,4%	26,1%	N/D
Diferença	+ 0,3%	+ 0,7%	+ 1,4%	+ 0,1%	
Espírito Santo					
Compromisso assumido	20 %	22 %	24 %	26 %	28 %
Gastos reais	27,4%	30,6%	27,4%	26,03%	N/D
Diferença	+ 7,4%	+ 8,6%	+ 3,4%	+ 0,03%	
Minas Gerais					
Compromisso assumido	20 %	22 %	24 %	26 %	28 %
Gastos reais	30,3%	28,0%	25,2%	27,9%	N/D
Diferença	+ 10,3%	+ 6,0%	+ 1,2%	+ 1,9%	
Rio Grande do Sul					
Compromisso assumido	20 %	22 %	24 %	26 %	28 %
Gastos reais	24,1%	25,6%	24,0%	26,9%	N/D
Diferença	4,1%	3,6%	0%	0,9%	

N/D = Não disponível

b) Dotação anual para a educação secundária de um mínimo de 40% do aumento anual do fundo educacional.

ESTADO:	1971	1972	1973	1974
Bahia				
Compromisso assumido	40%	40%	40%	40%
% Real de aumento na Ed. Sec.	59%	41%	49%	N/D
% dotada para o requisito acima	+19%	+ 1%	+ 9%	
Espírito Santo				
Compromisso assumido	40%	40%	40%	40%
% Real de aumento na Ed. Sec.	50%	40%	40%	N/D
% dotada para o requisito acima	+10%	+ 0%	+ 0%	
Minas Gerais				
Compromisso assumido	40%	40%	40%	40%
% Real de aumento na Ed. Sec.	40%	40%	67%	N/D
% dotada para o requisito acima	+ 0%	+ 0%	+ 27%	
Rio Grande do Sul				
Compromisso assumido	40%	40%	40%	40%
% Real de aumento na Ed. Sec.	41%	49%	70%	N/D
% dotada para o requisito acima	+ 1%	+ 9%	+30%	

VI PARTE IMPACTO DO PROGRAMA

A – Na Comunidade

Após somente 4 anos de existência do Programa o impacto nas comunidades nos quatro Estados Participantes excedeu a qualquer expectativa. Os resultados do Programa provaram ser de influência além dos muros da escola e produziram mudanças profícuas nas comunidades. O espírito comunitário, na maioria das áreas onde estas escolas foram implantadas, sofreu uma mudança radical.

Primeiramente, a construção de uma escola canalizou uma considerável soma de recursos financeiros para os habitantes do município e exigiu que funcionários da municipalidade fossem envolvidos na seleção do local para a construção, levantamento de dados sobre o número de crianças em idade escolar não matriculadas nas escolas, preparo do terreno — terraplenagem, levantamento de cercas, água, eletricidade, estradas pavimentadas, etc.

Empreiteiros e operários locais aprenderam novos métodos de trabalho em construção, uma vez que as especificações para a construção eram rígidas e muito precisas. As inspeções para assegurarem o cumprimento das exigências eram freqüentes e serviram para o aperfeiçoamento dos padrões e da qualidade das construções. A obediência no cumprimento das exigências se evidenciou pelo aprimoramento crescente das construções, comparando-se escolas da 1ª com as da 2ª e 3ª fases. Uma vez que a Escola Polivalente, para muitas cidades é o maior edifício público existente (quase 2500 m² de área construída) serviu de “modelo” para as novas construções na utilização de metodologias mais modernas e tecnologias mais sofisticadas.

O término do prédio e início de seu funcionamento como escola, provocou uma valorização imobiliária, atraiu novos moradores e o padrão das casas melhorou consideravelmente. Houve uma dinamização e melhoria com respeito aos serviços básicos entre eles transporte, água, eletricidade, etc.

Muitas comunidades tinham como residentes um máximo de 5 ou 6 profissionais de nível superior e receberam de vez, mais de 30 professores licenciados e administradores o que provocará, a médio prazo, efeitos altamente benéficos no campo cultural dando origem a um novo potencial de liderança na comunidade.

Em muitas comunidades o impacto em atividades culturais e sociais foi quase imediato. Pesquisas da comunidade levadas a efeito pelo corpo docente ofereceram um perfil que foi usado para planejar atividades comunitárias e escolares e estabeleceu relações pessoais entre o corpo docente e membros da comunidade. As bibliotecas escolares que passaram a abrir à noite, aos sábados e domingos para as comunidades, ensinaram a adultos e a estudantes de outras escolas a oportunidade de aprender mais sobre a comunidade, o país e o mundo. A biblioteca de muitas escolas é a única na comunidade e está em uso constante. Muitos estudantes que frequentam a escola pela manhã voltam durante a tarde para usar a biblioteca.

Outros movimentos culturais promovidos incluem teatro, conferências, jornais, feiras de ciências, exposições, desfile, competições recreativas e desportivas, revitalizando a cultura local e o folclore.

A oportunidade de participação da comunidade, nas atividades escolares por meio do Círculo de Pais e Professores e do “Conselho Comunitário” é notável. O interesse das famílias nas mudanças de comportamento de seus filhos como resultado do uso de novas metodologias nas escolas, revelam que outros benefícios são proporcionados às famílias. A escola polivalente tem um programa elaborado para identificar e desenvolver as aptidões dos estudantes para ocupações agrícolas, industriais, comerciais e educação para o lar. Muitas oportunidades são oferecidas para o estudante desenvolver estas aptidões por meio de experiências práticas baseadas nas necessidades e condições locais. Muitas dessas experiências são transferidas diretamente para o lar e em seguida para a comunidade. Por exemplo, em áreas que são primariamente agrícolas a escola reservou terra para áreas agrícolas que são usadas ao mesmo tempo por estudantes e professores de agricultura, ciências, comércio, matemática e arte para o planejamento de atividades estudantis integradas. Para começar, o solo é preparado para plantio, analisado para determinar os fertilizantes necessários, plantado com sementes fornecida pela escola, cultivado, observada a sua taxa de crescimento, borrifado quando necessário, determinado percentual da colheita reservado para fornecer sementes no futuro e o restante colhido e vendido à comunidade.

Assentamentos de gastos e receitas são feitos pelos mesmos estudantes nas aulas de comércio que são organizadas como escritórios normais de negócios com um estudante gerente, contadores, guarda-livros, vendedores, datilógrafos, etc. Como alunos nas aulas de arte, ciências e matemática eles se utilizam da experiência prática para projetos individuais e de grupo. Estas experiências estudantis são partilhadas com os pais em um intercâmbio normal estudante/pais e também através do esforço do corpo docente em manter os pais interessados nas atividades escolares. Experiências em tipografia, cerâ-

mica, ligações elétricas simples, de maquinaria, etc., que os estudantes estão recebendo acrescidas de atividades projetadas nas matérias acadêmicas normais causam também um impacto na vida familiar.

Como exemplo de interligação escola/comunidade e o impacto decorrente, foi desenvolvido um projeto em que estudantes, médicos e enfermeiras locais trabalharam sob a liderança de um professor de Ciências. Foi planejado o estudo dos parasitas locais que atacam o homem, incluindo um levantamento da incidência de cada um tirado dos registros médicos, identificação e coleta dos parasitas, além do estudo de sua estrutura e características. O grupo estudou como são transmitidos e as medidas preventivas e corretivas que poderiam ser tomadas. Durante o desenvolvimento do projeto, os estudantes pesquisaram em bibliotecas, hospitais, centros de saúde e visitaram várias partes da comunidade para observar as condições — tudo sob a direção de médicos, enfermeiras e o professor de ciências.

Outros exemplos poderiam ser citados que demonstram a alta motivação dos estudantes em participar de atividades promovidas por uma escola dinâmica e que responde aos interesses dos alunos dentro das suas possibilidades.

B – Sistema Estadual de Educação

O Programa tem tido um efeito direto em muitos dos "sistemas" em nível estadual. Por exemplo, o planejamento educacional do Estado fortaleceu-se uma vez que o programa envolve planejamento e implementação de projetos interligados, tais como construção de escolas, treinamento de professores, administradores e especialistas; desenvolvimento do currículo; e uma participação efetiva de outros recursos financeiros e humanos dos municípios e governos estaduais.

A administração e avaliação do sistema foi também diretamente atingida uma vez que planejamento e implementação de um programa desse tipo era relativamente novo em cada um dos Estados Participantes. O PREMEN estadual atuou como um agente que possibilitou mudanças uma vez que era responsável pela obtenção de todos os níveis de recursos estaduais e municipais para assegurar um programa bem sucedido. Na maior parte dos casos o programa introduziu novas idéias que foram adotadas e incorporadas pela Secretaria Estadual de Educação. Várias áreas foram atingidas a saber:

- 1) Pesquisa anterior como parte do planejamento;
- 2) Seleção e treinamento do pessoal profissional para implantar uma nova filosofia de educação;
- 3) Necessidade do pessoal estadual qualificado para a supervisão da educação em vez de "inspeção";
- 4) Organização de programas de assessoramento e orientação nas escolas;
- 5) Admissão de professores em regime de tempo integral em vez de meio expediente auferindo benefícios inerentes;
- 6) Execução de programas de treinamento especializado através de Universidades e outras instituições locais;
- 7) Desenvolvimento de um processo contínuo de revisão curricular com realimentação de experiências para fazer frente as mudanças e necessidades educacionais;

- 8) Estabelecimento de contato entre escolas primárias com novas escolas polivalentes da 5ª a 8ª série precedendo a lei 5692/71, cuja obrigatoriedade escolar se estende da 1ª a 8ª séries;
- 9) Desenvolvimento de projeto e construção escolar através de um planejamento com a participação de educadores, arquitetos e engenheiros;
- 10) Implantação de um sistema de planejamento, implementação, avaliação, replanejamento como uma prática normal de trabalho nas Secretarias de Educação.

Outro ponto a ser mencionado é o treinamento em serviço de mais de 100 funcionários estaduais e profissionais que compunham as Comissões Executivas do PREMEN Estadual. Estes funcionários receberam um excelente treinamento prático no tocante a gerência e desenvolveram aptidões relacionadas à resolução de problemas pela análise de sistemas e no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos integrados de educação. A experiência adquirida por esses funcionários foi certamente uma contribuição enriquecendo departamentos estaduais de origem tais como a Secretaria Estadual de Educação, Universidades, Centros de Treinamento, etc.

O impacto do programa no Sistema Federal de Educação tem sido também de grande significação. O Ministério da Educação (MEC), que estabelece a política educacional com as Secretarias de Educação Estadual, as Universidades e outras entidades além de planejar, supervisionar e avaliar financiamentos federais para a educação, negociou o financiamento e planejamento deste projeto com a USAID. Outros Ministérios Brasileiros tais como o de Planejamento e Finanças participaram do planejamento inicial do projeto e representantes do Departamento de Ensino Fundamental (DEF), do Departamento de Ensino Médio (DEM) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do MEC fizeram parte da Comissão de Administração do PREMEN durante o período de implementação. Todos estes órgãos contribuíram no tocante a concepção do projeto e ajudaram a estabelecer os compromissos que os Estados tiveram que assumir para participar do programa. O programa contribuiu para implantar leis e decretos em vigor e encorajar a participação plena dos Estados e Municípios. Algumas das experiências que influenciaram o sistema federal inclui:

- 1) Obter a autorização e reconhecimento do Conselho Federal de Educação para novos tipos de cursos a serem oferecidos por universidades e centros de treinamento, com créditos acadêmicos sendo dados aos professores em aperfeiçoamento.
- 2) Promoção de um novo conceito em universidades para prover um programa educacional para atender a necessidades educacionais específicas e uma nova filosofia de educação, usando recursos humanos de vários departamentos ou faculdades da universidade em um trabalho de equipe.
- 3) Introdução de novos tipos de cursos universitários para administradores de educação e outros especialistas, e para treinar professores polivalentes.
- 4) Reconhecimento da necessidade de um centro nacional para pesquisar e prover assistência técnica para planejar a construção escolar e projetar equipamento educativo, que levou à criação do CEBRACE em 1973: todos os materiais e processos desenvolvidos pelo PREMEN

C — Sistema Federal de Educação

para implementação deste programa foram passados para CEBRACE, para serem usados como material básico em escala nacional.

- 5) Estímulo para desenvolver especificações educacionais e pesquisa comunitária anteriores à construção escolar, assim como o relacionamento das especificações educacionais com o desenvolvimento do currículo, afetou os princípios operacionais básicos do CEBRACE, DEF e DEM.
- 6) Processos comprovados pelos quais partes da Reforma de Educação de 1971 (Lei 5.692) podem ser implementadas através do País, tais como:
 - a) necessidade de um levantamento completo dos prédios escolares existentes na comunidade e de desenvolver um plano para seu mais amplo uso, antes de aprovar construção de uma escola adicional;
 - b) revisão curricular através dos esforços de comitês estaduais de currículo;
 - c) designação em tempo integral para pessoal de ensino e administração;
 - d) participação comunitária no programa escolar e ajuda à comunidade através da escola;
 - e) acréscimo de artes práticas ao programa escolar e a modernização dos métodos de ensino.

Além disso, o Ministério da Educação e Cultura ganhou experiência em utilizar uma organização como a do PREMEN para implementar uma reforma

educacional por todo o País. A experiência deve ter sido positiva pois o MEC nomeou o PREMEN para implementar o segundo Empréstimo Educação da USAID, empréstimos do BID e do Banco Mundial (BIRD) e um Projeto Nacional de Ciências financiado pelo Brasil. Vários departamentos do MEC participaram de uma análise em conjunto dos planos estaduais. Esta experiência teve os efeitos positivos de estimular esforços conjuntos federais e estaduais no planejamento e avaliação de problemas educacionais que necessitem de abordagem sistêmica.

Sistemas desenvolvidos e utilizados para a implementação deste empréstimo têm sido adotados para uso no planejamento e implementação de outras atividades educacionais. O processo contínuo de avaliação com realimentação do MEC e seus departamentos propiciaram experiência prática que foi utilizada para modificar políticas em vigor relacionadas a procedimentos administrativos e educacionais. Além disso o Programa Nacional construiu uma escola "polivalente" em cada capital estadual que serviu como um exemplo prático do tipo de educação exigido pela Lei de Reforma de Educação nº 5.692 de 1971. A escola também evidenciou o tipo de prédio necessário para atender ao novo programa educacional.

O processo de planejamento cooperativo que compreende educadores, engenheiros, arquitetos e empreiteiros, foi também comprovado. Como resultado disso, muitos Estados foram capazes de incorporar estas atividades nas escolas construídas com suas próprias verbas. Exemplos destas adaptações podem ser encontrados nos estados do Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal e outros que tomaram parte no programa de escolas modelo.

VII – PARTE
A. COMPARAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS – PROGRAMADO E REALIZADO
US\$ 1,000

ITENS DO PROGRAMA (1)	USAID		GOVERNO FEDERAL		ESTADOS PARTICIPANTES		TOTAL	
	PROGRAMADO	REALIZADO	PROGRAMADO	REALIZADO	PROGRAMADO	REALIZADO	PROGRAMADO	REALIZADO
Programa estadual								
1. Remodelação e construção de escolas	23.540	23.405	—	6.466	11.760	15.547	35.300	45.418
2. Equipamento de escolas	—	—	11.540	9.689	—	—	11.540	9.689
3. Treinamento de professores	7.270	6.350	—	—	—	—	7.270	6.350
4. Treinamento nos Estados Unidos	280	280	—	—	—	—	280	280
5. Encontros de coordenadores de cursos	—	—	—	—	240	230	240	230
SUB-TOTAL	31.090	30.035	11.540	16.155	12.000	15.777	54.630	61.967
Sub-Programa nacional								
1. Construção de escolas modelo	570	1.758	1.720	3.721	—	—	2.290	5.479
2. Equipamentos para escolas modelo	—	—	690	1.053	—	—	690	1.053
3. Treinamento de professores	—	—	2.410	767	—	—	2.410	767
4. Treinamento de participantes	140	68	—	—	—	—	140	68
5. Equipamento para Centros de Ciência e Artes Práticas	—	—	470	136	—	—	470	136
SUB-TOTAL	710	1.826	5.290	5.677	—	—	6.000	17.503
Custos Administrativos								
1. Serviços de Consultoria Educacional	200	139	—	—	—	—	200	139
2. Serviços de Engenharia	—	—	1.250	2.606	—	—	1.250	2.606
3. Apoio Administrativo do PREMEN	—	—	1.920	1.651	—	—	1.920	1.651
SUB-TOTAL	200	139	3.170	4.257	—	—	3.370	4.396
TOTAL GERAL	32.000	32.000	20.000	26.089	12.000	15.777	64.000	73.866

(1) Conforme o Acordo de Empréstimo – Anexo nº 1 - página 12

VII PARTE
B. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS POR ÁREA DO PROJETO
US\$ 1,00

FONTES	ÁREA PROJETADA				TOTAL	
	Construção	Equipamento	Recursos Humanos	Administração		
RECURSOS ESTADUAIS	Bahia	2.647.676,68	—	136.363,41	—	2.784.040,09
	Espírito Santo	2.229.523,59	—	15.159,91	—	2.244.683,50
	Minas Gerais	7.339.108,81	—	40.342,15	—	7.379.450,96
	Rio Grande do Sul	3.330.429,84	—	38.691,89	—	3.369.121,73
	SUB-TOTAL	15.546.738,92	—	230.557,36	—	15.777.296,28
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL		12.793.444,57	10.877.998,03	767.050,14	1.650.833,87	26.089.326,61
RECURSOS DA USAID		25.163.088,52	—	6.836.911,48	—	32.000.000,00
TOTAL		53.503.272,01	10.877.998,03	7.834.518,98	1.650.833,87	73.866.622,89

VII PARTE – QUADROS FINANCEIROS
C-1 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS POLIVALENTES
(CUSTO MÉDIO UNITÁRIO)
(em moeda corrente Cr\$ 1,00)

Programa de construção	1ª FASE					2ª FASE				3ª FASE				TOTAL						
	Nº de escolas	TOTAL		CUSTO MÉDIO UNITÁRIO		Nº de escolas	TOTAL		CUSTO MÉDIO UNITÁRIO		Nº de escolas	TOTAL		CUSTO MÉDIO UNITÁRIO		Nº de escolas	TOTAL		CUSTO MÉDIO UNITÁRIO	
		Custo	Área (m²)	por escola	Área (m²)		Custo	Área (m²)	por escola	Área (m²)		Custo	Área (m²)	por escola	Área (m²)		Custo	Área (m²)	por escola	Área (m²)
Bahia	12	10.921.717	28.772	910.143	379	14	12.838.232	33.354	917.017	385	13	34.118.915	34.953	2.624.531	976	39	57.878.864	97.079	1.484.073	586
E. Santo	9	7.329.624	21.899	814.403	334	8	7.227.280	19.050	903.410	378	12	29.563.503	32.506	2.463.625	909	29	44.120.407	73.455	1.521.393	601
M. Gerais	8	6.206.976	19.632	775.872	317	24	20.383.728	58.860	849.322	346	29	90.503.696	72.703	3.120.817	1.245	61	117.094.400	151.145	1.919.580	775
R. G. Sul	20	17.547.974	49.392	877.399	355	17	16.984.335	41.485	999.078	409	19	43.570.816	49.310	2.293.200	884	58	78.103.125	140.187	1.394.698	557
Sub-Programa Nacional	—	—	—	—	—	15	18.687.291	41.495	1.245.819	450	3	7.428.202	11.793	2.476.067	630	18	26.115.493	53.288	1.450.860	40
Total	49	42.006.291	119.645	857.271	351	78	76.120.868	194.244	975.909	392	76	205.185.132	201.285	2.699.804	1.019	203	323.312.289	515.154	1.592.671	628

NOTA: A Escola Modelo do Estado do Acre não foi incluída, devido à falta do dado sobre o custo

VII PARTE
C-2 EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO ESCOLAR – INVESTIMENTO INICIAL
CUSTO MÉDIO UNITÁRIO
(em moeda Cr\$ 1,00)

Programa de equipamento escolar	1ª FASE			2ª FASE			3ª FASE			TOTAL		
	Nº de escolas	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de escolas	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de escolas	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de escolas	Custo total	Custo médio por unidade
BAHIA	11	2.711.150	246.468	15	3.661.149	244.077	3	5.798.292	446.022	39	12.170.591	312.066
E. SANTO	9	2.398.417	266.491	8	1.922.056	240.257	12	5.287.165	440.597	29	9.607.638	331.298
M. GERAIS	8	2.026.590	253.324	24	6.111.270	254.636	29	12.600.606	434.503	61	20.738.466	339.975
R.G. SUL	19	4.608.463	242.551	18	4.314.249	239.680	19	8.042.885	423.309	56	16.965.597	302.957
SUB-PROGRAMA NACIONAL	—	—	—	17	4.740.095	278.829	1	679.583	679.583	18	5.419.678	301.093
TOTAL	47	11.744.620	249.886	82	20.748.819	253.034	74	32.408.532	437.953	203	64.901.971	319.714

Nota: A Escola Modelo do Estado do Acre não foi incluída, devido à falta do dado sobre o custo

VII PARTE – QUADROS FINANCEIROS
C-3 TREINAMENTO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS POLIVALENTES
CUSTO MÉDIO UNITÁRIO
(em moeda Cr\$ 1,00)

Programa de treinamento de professor	1ª FASE			2ª FASE			3ª FASE			TOTAL		
	Nº de professores	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de professores	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de professores	Custo total	Custo médio por unidade	Nº de professores	Custo total	Custo médio por unidade
BAHIA	515	1.701.241	3.303	440	1.927.000	4.380	791	5.578.636	7.053	1.746	9.206.877	5.273
E. SANTO	284	786.690	2.770	340	1.208.064	3.553	565	2.251.070	3.984	1.189	4.245.824	3.571
M. GERAIS	334	1.098.884	3.290	879	3.647.141	4.149	1.658	6.684.982	4.032	2.871	11.431.007	3.982
R. G. SUL	721	1.129.854	1.567	703	1.716.439	2.441	1.096	3.762.880	3.433	2.520	6.609.173	2.623
SUB-PROGRAMA NACIONAL	—	—	—	501	2.059.609	4.110	—	—	—	501	2.059.609	4.110
TOTAL	1.854	4.716.669	2.544	2.863	10.558.253	3.689	4.110	18.277.588	4.447	8.827	33.552.490	3.801

Nota: O número de professores é total, incluindo: professores; pessoal técnico e administrativo; em cursos de curta duração e reciclagem

Este Quadro inclui 273 professoras além do número de professores constantes da Parte III – Anexo 1. Esta diferença se refere aos desistentes

VII PARTE – QUADROS FINANCEIROS
C-4 TREINAMENTO DE PROFESSOR – POR TIPO DE CURSO.
CUSTO MÉDIO UNITÁRIO
(em moeda Cr\$ 1,00)

ESTADOS	TIPO DE CURSO FASE	1) PROFESSORES (Licenciatura de Curta Duração)			2) PROFESSORES (Aperfeiçoamento de Educação Geral)			3) PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (Aperfeiçoamento)		
		1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
BAHIA		Cr\$ 5.373 *(1.379)	Cr\$ 5.662 *(1.523)	Cr\$ 9.180 *(1.757)	Cr\$ 656 *(240)	—	—	Cr\$ 836 *(270)	Cr\$ 1.320 *(324)	Cr\$ 3.922 *(928)
ESPIRITO SANTO		Cr\$ 4.327 *(1.390)	Cr\$ 6.496 *(1.356)	Cr\$ 7.331 *(1.760)	Cr\$ 625 *(240)	—	Cr\$ 1.281 *(320)	Cr\$ 1.428 *(270)	—	Cr\$ 2.703 *(584)
RIO GRANDE DO SUL		Cr\$ 4.492 *(1.408)	Cr\$ 5.240 *(1.466)	Cr\$ 5.952 *(1.730)	Cr\$ 696 *(240)	—	Cr\$ 1.545 *(320)	Cr\$ 963 *(273)	—	Cr\$ 1.877 *(688)
MINAS GERAIS		Cr\$ 3.142 *(1.399)	Cr\$ 4.508 *(1.368)	Cr\$ 6.032 *(1.591)	Cr\$ 241 *(240)	Cr\$ 820 *(240)	Cr\$ 1.404 *(320)	Cr\$ 934 *(276)	Cr\$ 1340 *(320)	Cr\$ 2.750 *(780)
SUB-PROGRAMA NACIONAL		Cr\$ 6.600 *(1.399)	—	Cr\$ 6.600 *(1.399)	—	—	—	—	—	—

* Número de horas de treinamento.

— Média ponderada.

VII PARTE – QUADROS FINANCEIROS
C-6 ESCOLA POLIVALENTE COMPLETA (INVESTIMENTO INICIAL)
CUSTO MÉDIO UNITÁRIO (POR ESCOLA)
(em moeda corrente Cr\$ 1,00)

Programa escolar global	1ª FASE				2ª FASE				3ª FASE				4ª FASE			
	Custo médio unitário				Custo médio unitário				Custo médio unitário				Custo médio unitário			
	Construção	Equipamento	Trein. pessoal	Total	Construção	Equipamento	Trein. pessoal	Total	Construção	Equipamento	Trein. pessoal	Total	Construção	Equipamento	Trein. pessoal	Total
Bahia	910.143	248.468	115.605	1.272.218	917.017	244.077	153.300	1.314.394	2.824.531	446.022	246.855	3.317.408	1.484.073	312.066	184.555	1.980.654
E. Santo	814.403	266.491	96.950	1.177.844	903.410	240.257	124.355	1.268.022	2.463.625	440.597	139.440	3.043.662	1.521.393	331.298	124.985	1.977.676
M. Gerais	755.872	253.324	115.150	1.144.348	849.322	254.636	145.215	1.249.173	3.120.817	434.503	141.120	3.696.440	1.919.580	339.975	139.370	2.398.925
R. G. Sul	877.399	242.551	54.845	1.174.795	999.079	239.680	85.435	1.324.194	2.293.200	423.309	120.155	2.836.664	1.394.698	302.957	91.805	1.789.460
Sub-Programa Nacional	—	—	—	—	1.245.819	278.829	143.850	1.650.241	2.478.067	679.583	143.850	3.299.500	1.450.660	301.093	143.850	1.895.803
Total	867.271	249.886	89.040	1.196.187	975.909	253.034	129.115	1.354.001	2.699.804	437.953	155.645	3.283.402	1.592.671	319.714	133.035	2.045.420

Nota: cada escola teve um total de 35 funcionários.

D – DIFERENÇA DOS CUSTOS DE CONSTRUÇÃO – 1ª, 2ª, e 3ª FASES
(em moeda corrente Cr\$ 1,00)

Programa de construção	1ª FASE (A) Data inicial: Out. 1970			2ª FASE (B) Data inicial: Abril 1971				3ª FASE (C) Data inicial: Julho 1973				
	Nº esc.	Custo total	Custo médio por escola	Nº esc.	Custo total	Custo médio por escola	% de aumento sobre (A)	Nº esc.	Custo total	Custo médio por escola	% de aumento sobre (B)	% de aumento sobre (A)
Bahia	12	10.921.717	910.143	14	12.838.232	917.017	0,8	13	34.118.915	2.624.531	186	188
Esp. Santo	9	7.329.624	814.403	8	7.227.280	903.410	10,9	12	29.118.915	2.463,625	173	203
M. Gerais	8	6.206.976	775.872	24	20.383.728	849.322	9,5	29	90.503.696	3.120.817	267	302
R.G. Sul	20	17.547.974	877.399	17	16.984.335	999.079	13,9	19	43.570.816	2.293.200	130	161
Sub-Programa Nacional	—	—	—	15	18.687.291	1.245.819	—	3	7.428.202	2.476.067	99	—
Total	49	42.006.291	857.271	78	76.120.866	975.909	13,8	76	205.185.132	2.699.804	177	215

Nota: A Escola Modelo do Estado do Acre não foi incluída, devido à falta do dado sobre o custo

VII PARTE
E – COMPARAÇÃO DE CUSTOS DA ESCOLA POLIVALENTE
DA CONSTRUÇÃO CIVIL RESIDENCIAL

- FONTES:** 1) *Relatório da consultoria de A & E sobre análise do custo de construção de escolas "Polivalente" (anexo a carta do PREMEN Nº 2544 de 4/12/72)*
- 2) *Memorando de H. R. Martins, à S. R. Pollis, engenheiro da USAID/ENRO, datado de 16/1/73*
- 3) *Boletim de Custos nº 168 – Maio 1972*

A análise de custo de construção feita pelos consultores A & E do PREMEN (referida na fonte 1 acima) mostra, detalhadamente, os custos de construção das escolas "Polivalente" nas fases I e II, nos quatro Estados participantes e mostra os fatores que influenciaram aqueles custos.

A carência de informações estatísticas seguras sobre o custo de construções escolares similares em outros pontos do País, torna difícil o preparo de comparações de custo entre as EP e outros tipos de escolas. No entanto, uma comparação a grosso modo com a construção de edifícios residenciais (baseada em informações publicadas pela revista especializada em construções "Boletim de Custos") nas mesmas áreas geográficas e de qualidade similar foi preparada pelos escritórios USAID/ENRO (fonte 2 acima).

PROJETO PREMEN	BAHIA		ESPÍRITO SANTO		MINAS GERAIS		RIO G. DO SUL	
	Fase I	Fase II	Fase I	Fase II	Fase I	Fase II	Fase I	Fase II
Modelo – GP–1	458,85	398,69	337,18	339,76	362,69	363,88	368,38	470,62
Modelo – GP–2	—	411,43	286,71	319,68	337,20	334,54	373,11	—
Modelo – GP–3	401,50	404,38	313,00	334,63	—	—	371,35 *	393,79
Custo Médio Ponderado (baseado no nº de escolas)	407,24	404,92	323,51	332,25	346,76	350,43	371,60	398,59
(A) Custo Médio (para o Estado)	406,08		327,88		348,59		385,09	
Construção de edifícios residenciais (B) Custo médio (tirado do Boletim de Custos)	471,00		394,00		434,00		456,00	
Diferença (B–A)								
Em Cr\$ por m2	–64,92		–66,12		– 85,41		– 70,91	
Em percentual	–13,8		–16,8		– 19,7		– 15,5	

* *Projeto especial EP*

Como ficou demonstrado no quadro acima, o custo médio de construção do PREMEN – (EP) – é mais baixo do que o custo médio real de construção de edifícios residenciais em cada um dos estados participantes.

VIII PARTE
INSTRUMENTOS DE CONTROLE DO PROGRAMA UTILIZADOS PELO
GOVERNO BRASILEIRO (MEC/PREMEN/ESTADOS/CONSULTORIA
A & E/OUTROS ÓRGÃOS)

Atividade do Programa	Órgão(s) Responsável(eis)	Tipo de Controle	Finalidade do Controle	Frequência do Controle
1. Construção de Escolas				
1. Seleção dos Municípios	Estado	Micro estudo completo da situação educacional e sócio-econômico	Verificar se o município necessita de escola	Uma vez para cada município selecionado
2. Seleção e aprovação do terreno	Município-Estado-PREMEN	Visita ao terreno e análise de toda a documentação	Verificar o cumprimento das exigências: educacionais, de engenharia e jurídicas	Uma vez para cada terreno selecionado
3. Projeto Arquitetônico	Estado – Consultoria A & E e PREMEN	Análise e aprovação dos projetos arquitetônicos	Verificar se as especificações educacionais foram seguidas e se a escola responde às necessidades do Município	Uma vez para cada projeto escolar
4. Contrato de construção	Firma empreiteira – Estado – Consultoria A & E – PREMEN	Análise e aprovação da concorrência e do contrato	Verificar se o menor custo é o aceito e também se assegurar da capacidade da construtora	Uma vez para cada prédio escolar
5. Construção propriamente dita	Firma empreiteira – Estado – Consultoria A & E – PREMEN	Inspeções no local, testes técnicos, relatórios de progresso da obra	Verificar o cumprimento das exigências do contrato com referência a especificações, padrões de qualidade, tempo, programação	Empreiteira: 1 inspetor permanente; Estado: inspeções diárias; A & E: 1 inspeção cada 10 dias; PREMEN-USAID: inspeções mensais
6. Recebimento provisório do prédio	Estado – Consultoria A & E – PREMEN	Inspeções completas e testes técnicos. Relatório de aceitação da obra	Verificar se o contrato foi completamente cumprido e determinar reparos e trabalhos pendentes a serem realizados	Uma vez, quando o prédio estiver terminado
7. Recebimento do prédio	Estado – Consultoria A & E – PREMEN	Inspeção final, testes e relatório	Verificar se o trabalho pendente e/ou a ser reparado foi executado. Autorizar o pagamento final a empreiteira	Uma só vez, seis meses após a data de recebimento provisório do prédio

Atividade do Programa	Órgão(s) Responsável(eis)	Tipo de Controle	Finalidade do Controle	Frequência do Controle
8. Processo global do Programa de construção	Firma Empreiteira, Estado – Consultoria A & E – PREMEN	Aplicação e uso do manual tecno-operacional de construção	Verificar o pleno cumprimento dos requisitos técnicos, administrativos, financeiros, legais e de segurança exigidos pelo programa de construção	Continuamente
II. Equipamento escolar				
1. Projeto de equipamento e especificações	PREMEN	Análise e aprovação de equipamento, móveis e materiais	Verificar se as especificações do equipamento respondem às necessidades do prédio escolar e do currículo	Uma vez para cada projeto escolar
2. Compra do equipamento	Fornecedor – PREMEN	Análise dos métodos de concorrência e aprovação do contrato	Assegurar-se da aquisição de preço mais baixo e de artigos de maior adequabilidade aos fins a que se destinam	Uma vez para cada licitação de equipamento
3. Fornecimento do Equipamento	Fornecedor – PREMEN	Testar e verificar a qualidade do equipamento, móveis e materiais. Rever e acompanhar os procedimentos de armazenamento e transporte	Verificar se as obrigações contratuais foram cumpridas no tocante a: quantidade, qualidade e prazo	Uma vez no recebimento de cada artigo dos fornecedores
4. Entrega do equipamento	Estado – PREMEN	Supervisão da entrega do equipamento no prédio escolar. Relatório final sobre entrega e instalação do equipamento. Termo de recebimento final de entrega e posse do equipamento ao Estado	Verificar se todo equipamento necessário, móveis e materiais foram entregues e devidamente instalados no prédio escolar	Uma vez quando o prédio escolar estiver terminando, aceito provisoriamente o corpo docente designado
5. Compra total do equipamento e método de suprimento	PREMEN	Manual de equipamento (4 volumes)	Verificar o total cumprimento das exigências técnicas, administrativas, financeiras, legais e de segurança que incidam sobre o equipamento, móveis, e materiais do programa escolar	Continuamente

Atividade do Programa	Órgão(s) Responsável(eis)	Tipo de Controle	Finalidade do Controle	Frequência do Controle
III. Treinamento de Professores				
1. Escolha de cursos de treinamento	Estado – PREMEN	Análise e aprovação do programa de treinamento, currículo e conteúdo	Verificar se os professores foram adequadamente preparados e qualificados para fazer frente as necessidades do ensino em escolas polivalentes	Uma vez, antes de iniciar qualquer projeto de treinamento de professores
2. Seleção de universidade ou agência de treinamento de professores	Estado – PREMEN	Pesquisa e revisão da capacidade das universidades para executarem o treinamento	Verificar se o nº de professores treinados é suficiente e se receberam qualificações adequadas dentro das programações estabelecidas	Uma vez antes de assinar convênio com qualquer universidade ou agência
3. Convênios de treinamento	Universidades e/ou Centro de treinamento Estado – PREMEN	Análise e aprovação do convênio com a agência de treinamento e o Estado	Verificar se os professores treinados foram contratados pelo Estado e lotado nas escolas	Uma vez para cada projeto de treinamento
4. Atividades de treinamento	Universidade e/ou Centro de treinamento Estado – PREMEN	Supervisão aos cursos de treinamento; relatórios inicial, mensal e/ou periódico e final	Verificar se as exigências e responsabilidades contratuais estão sendo observadas	Mensalmente durante o desenvolvimento do projeto de treinamento. Supervisão a intervalos variáveis
5. Término do treinamento	Estado – PREMEN	Análise dos métodos de contratação de professores e dos padrões de ensino do corpo docente	Verificar se todos os professores treinados foram contratados pelo Estado e se todas as Escolas estão devidamente preenchidas com professores treinados	Uma vez, quando o prédio escolar estiver terminado, equipado e pronto para receber seus funcionários
IV. Administração e Finança				
1. Procedimentos de gerência administrativa em geral	PREMEN	Os procedimentos se encontram detalhados em um Manual de Administração, além de diretrizes suplementares emitidas conforme a necessidade	Verificar se as atividades administrativas estão sendo executadas de conformidade com regulamentos e instruções vigentes	Constantemente

Atividade do Programa	Órgão(s) Responsável(eis)	Tipo de Controle	Finalidade do Controle	Frequência do Controle
2. Planejamento e previsão financeira	Comissão Estadual do PREMEN	Planos de aplicação; Planos financeiros	Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros necessários das diversas fontes e associar as metas físicas aos custos financeiros em relação ao tempo.	Uma vez, quando cada plano, programa ou projeto é apresentado para aprovação
3. Revisão do planejamento e previsão financeira	Comissão Estadual do PREMEN	Avaliação e reformulação dos planos de aplicação e dos planos financeiros	Confirmar e/ou atualizar pressupostos, orçamentos e metas físicas baseando-se em novas realidades resultantes do processo de retroalimentação	Anualmente para cada plano, programa e projeto durante a fase de execução dos mesmos
4. Liberação, desembolso e transferência de recursos	Universidade e/ou Centro de Treinamento; Comissão Estadual do PREMEN; FNDE; Agências financiadoras	Projeções de desembolsos; Cronogramas de desembolso; Pedidos de adiantamento e de repasses de recursos	Verificar se os recursos são liberados, desembolsados, adiantados e/ou repassados, recebidos e depositados em tempo hábil de conformidade com os mecanismos vigentes	Trimestralmente ou mensalmente conforme convênios e contratos celebrados
5. Aplicação de recursos	Empreiteira; Fornecedor; Universidade e/ou Centro de Treinamento; Comissão Estadual do PREMEN	Ordens de pagamento para bens e serviços; controle de cheques; documentos comprobatórios e faturas; extratos de conta bancária	Verificar se as despesas são pagas corretamente para bens recebidos e serviços prestados de conformidade com orçamentos aprovados e empenhos devidamente autorizados	Constantemente à nível de execução da atividade
6. Comprovação da aplicação de recursos	Universidade e/ou Centro de Treinamento; Comissão Estadual do PREMEN; Agências Financiadoras; FNDE; IGF (MEC); TCU	Prestação de contas; Relatórios Financeiros	Verificar se os recursos foram aplicados dentro de rubricas previamente aprovadas e autorizadas; permitir a escrituração contábil apropriada; Prover informações para elaboração de relatórios financeiros	Em intervalos e níveis diferentes conforme instruções das Agências Financiadoras: Universidade e empreiteira ao PREMEN estadual; PREMEN estadual ao PREMEN nacional; PREMEN nacional ao FNDE (MEC); FNDE ao IGF (MEC); IGF ao TCU
7. Auditoria	Comissão Estadual do PREMEN; Agências Financiadoras; FNDE-IGF (MEC); TCU	Auditoria de gabinete. Verificação por amostragem e ao acaso. Auditoria de campo (local, junto ao órgão executor)	Verificar se os procedimentos financeiros estão de acordo com regulamentos e práticas contábeis correntes. Verificar se os objetivos globais, objetivos intermediários e metas estão sendo cumpridas. Verificar se as atribuições e responsabilidades delegadas aos diversos elementos componentes do programa estão sendo devidamente observadas	Em intervalos diferentes de conformidade com os dispositivos prescritos em leis, regulamentações, diretrizes e normas pertinentes

ANEXOS

1. Distribuição das Escolas Construídas Segundo a População urbana e população total dos municípios
2. Comparação entre a densidade Regional e Estadual da População dos Estados participantes do Empréstimo — (078)
3. Relação das Escolas Polivalentes construídas segundo o município e a população
4. Relação do conjunto de equipamentos fornecidos a cada Escola Polivalente
5. Conjuntos de Equipamento fornecidos aos Centros de Treinamento de ciências e artes práticas
6. Treinamento de Supervisores nos Estados Unidos

ANEXO - 1
DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS CONSTRUÍDAS
SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS *

Variações populacionais	nº de escolas construídas baseado na população total do município (Urbana, Rural)		nº de escolas construídas baseado somente na população urbana do município	
		%		%
Acima de 100.000	27	14,6	24	13,0
90.000 - 100.000	3	1,6	2	1,1
80.000 - 90.000	3	1,6	4	2,1
70.000 - 80.000	4	2,1	2	1,1
60.000 - 70.000	12	6,5	10	5,4
50.000 - 60.000	14	7,6	5	2,7
40.000 - 50.000	21	11,3	14	7,6
30.000 - 40.000	26	14,1	13	7,0
20.000 - 30.000	35	18,9	23	12,4
10.000 - 20.000	34	18,4	47	25,4
0 - 10.000	6	3,3	41	22,2
	**185	100,0	**185	100,0

* *A grande maioria das escolas foi construída na periferia das cidades*

** *Não inclui 19 escolas modelo do Sub-Programa Nacional.*

ANEXO - 2
COMPARAÇÃO ENTRE A DENSIDADE REGIONAL E ESTADUAL
DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS PARTICIPANTES
DO EMPRÉSTIMO - (078)

ESTADO (Região)	Densidade da população regional %	Densidade da população estadual %
BAHIA (Nordeste)	18,2	13,4
ESPÍRITO SANTO (Sudeste)	43,4	35,1
MINAS GERAIS (Sudeste)	43,4	19,7
RIO GRANDE DO SUL (Sul)	29,4	24,9

Fonte: "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL" - 1973

RELAÇÃO DAS ESCOLAS POLIVALENTES CONSTRUÍDAS SEGUNDO O MUNICÍPIO E A POPULAÇÃO*

BAHIA

PRIMEIRA FASE (12 escolas)

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Salvador I (Ubarana)	1.017.591	896.533	121.058	—
Salvador II (Alagados)	1.017.591	896.533	121.058	—
Maragogipe	13.880	10.985	1.859	1.036
Ipira	47.063	5.925	—	41.136
Muritiba	12.892	10.159	—	2.733
Castro Alves	10.896	9.706	—	1.190
Itambé	19.085	10.247	—	8.838
São Sebastião do Passé	25.243	12.337	—	12.906
Irecê	29.924	10.418	—	19.506
Itajuípe	15.922	10.082	—	5.840
Conceição do Coité	30.998	6.613	—	24.385
Xique-Xique	16.228	10.108	—	6.120

SEGUNDA FASE (14 escolas)

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Camaçari	16.333	13.586	—	2.747
Conceição do Almeida	12.170	5.465	—	6.705
Santo Estevão	25.522	4.596	—	20.926
S. Gonçalo dos Campos	15.467	6.078	—	9.389
Mundo Novo	10.754	3.564	—	7.190
Miguel Calmon	15.311	4.169	1.549	9.593
Caravelas	5.976	3.853	—	2.123
Camaçan	22.980	6.215	2.053	14.712
Belmonte	9.746	2.322	4.943	2.481
Guandú	13.865	6.044	—	7.821
Itamarajú	51.241	10.421	568	40.252
Itanhém	21.473	7.904	—	13.569
Ubaitaba	11.344	4.954	—	6.390
Livramento do Brumado	13.544	5.541	—	8.003

* A grande maioria de escolas foi construída na periferia das cidades

TERCEIRA FASE (13 escolas)

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Alagoinhas	57.998	53.252	1.419	3.327
Barreiras	21.425	10.292	—	11.133
Campo Formoso	27.677	5.155	—	22.522
Candeias	34.799	26.235	—	8.564
Feira de Santana	136.288	120.920	8.522	6.816
Santo Amaro	29.325	20.877	—	8.448
Itabuna	96.635	91.202	—	5.433
Itapetinga	40.610	30.957	—	9.653
Jequié	72.712	62.998	—	9.714
Juazeiro	38.854	22.393	14.016	2.445
Paulo Afonso	46.621	38.802	—	7.819
Salvador III (Cabula)	1.017.591	896.533	121.058	—
Vitória da Conquista	98.615	83.814	—	14.801

ESPÍRITO SANTO

PRIMEIRA FASE (9 escolas)

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Vitória I (Santo Antonio)	126.157	125.172	—	—
Vitória II (Maru(pe)	126.157	125.172	—	—
Vila Velha I (Itaparica)	43.502	43.502	—	—
Cariacica I (Campo Grande)	33.311	4.547	—	28.764
Colatina I (S. Silvano)	61.697	47.224	—	14.473
Cachoeiro do Itapemirim I (Gandú)	69.138	60.129	—	9.009
Linhares I (Novo Horizonte)	57.182	25.476	—	31.706
São Mateus	19.759	10.821	—	8.938
B. do Itapemirim	22.331	7.023	—	15.308

SEGUNDA FASE (8 escolas)

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Cariacica II (Itacibá)	33.311	4.547	—	28.764
Colatina II (Itacibá)	61.697	47.224	—	14.473
Cachoeiro do Itapemirim II (Aquidabã)	69.138	60.129	—	9.009
Nova Venécia	18.716	9.688	—	9.028
Vila Velha II (Glória)	43.502	43.502	—	—
Ecoporanga	21.703	4.406	—	17.297
S. Gabriel da Palha	11.987	6.782	—	5.205
Muquí	10.386	4.658	—	5.728

LOCALIZAÇÃO	TERCEIRA FASE (12 escolas)		POPULAÇÃO	
Vitória IV (Hilal)	126.157	125.172	—	—
Cariacica III (Ferro e Aço)	33.311	4.547	—	28.764
Vila Velha III (Aribirí)	43.502	43.502	—	—
Cachoeiro do Itapemirim III	69.138	60.129	—	9.009
Linhares II	57.182	25.476	—	31.706
Aracruz	6.746	5.724	—	1.022
Santa Teresa	7.375	3.345	—	4.030
Guarapari	20.130	11.332	—	8.798
Barra do São Francisco	17.657	8.517	—	9.140
Baixo Guandú	15.752	11.738	—	4.014
Mimoso do Sul	9.949	5.966	—	3.983
Guaçuí	13.314	9.143	—	4.171

LOCALIZAÇÃO	MINAS GERAIS			POPULAÇÃO
	PRIMEIRA FASE (8 escolas)			
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Belo Horizonte I (Horto)	1.128.050	1.126.368	—	11.682
Juiz de Fora I (Benfica)	233.368	173.243	51.032	9.064
Uberlândia	188.126	97.062	14.518	6.546
Uberaba	124.812	110.341	—	14.471
Divinópolis	76.172	70.919	—	4.619
Montes Claros	97.874	83.372	—	14.502
Teófilo Otoni	88.599	66.031	—	22.568
Patos de Minas	62.669	43.007	—	19.662

LOCALIZAÇÃO	SEGUNDA FASE (24 escolas)		POPULAÇÃO	
Belo Horizonte II (Ressaca)	1.128.050	1.126.368	—	1.682
Belo Horizonte III (Barreiro)	1.128.050	1.126.368	—	1.682
Gov. Valadares	135.532	126.903	—	8.629
Barbacena	64.842	58.815	—	6.027
Varginha	44.077	33.595	3.199	7.283
Sete Lagoas	66.642	61.603	—	5.039
Nanuque	44.117	34.981	—	9.136
Caratinga	39.817	7.963	20.659	11.197
Ubá	40.864	10.823	18.537	11.504
Araguari	55.654	18.311	31.094	6.249
Ponte Nova	40.346	29.047	—	11.299
Lavras	45.297	36.230	—	9.067
Timóteo	32.979	28.848	1.278	2.853
Pouso Alegre	38.539	29.643	—	8.896
Alfenas	27.877	16.664	4.758	6.455
Passos	56.000	29.516	10.389	16.095
Ouro Preto	27.455	19.354	5.898	2.203
Cataguazes	37.019	32.202	868	3.949
João Monlevade	40.202	38.871	—	1.331
Manhuaçu	24.129	15.680	—	8.449

LOCALIZAÇÃO	SEGUNDA FASE (continuação)		POPULAÇÃO	
Coronel Fabriciano	26.288	15.486	8.410	2.392
Ipatinga	36.582	17.893	17.236	453
Conselheiro Fafaiete	50.164	43.533	1.874	4.757
Formiga	34.630	25.646	3.500	5.484

LOCALIZAÇÃO	TERCEIRA FASE (9 escolas)		POPULAÇÃO	
Araxá	36.506	9.817	22.206	4.483
Itabira	48.851	40.493	—	8.358
Itajubá	50.428	43.077	—	7.351
Ituiutaba	66.790	13.222	35.626	17.942
Oliveira	23.943	8.196	10.553	5.194
Poços de Caldas	58.514	52.711	—	5.803
Sabará	20.588	10.359	8.380	1.849
Santos Dumont	32.733	18.821	8.799	5.113
Três Corações	35.762	26.167	—	9.595

LOCALIZAÇÃO	QUARTA FASE (20 escolas)		POPULAÇÃO	
Juiz de Fora II (Teixeira)	233.369	173.243	51.032	9.094
São João Del Rei	46.709	45.601	—	1.108
Itaúna	38.292	33.253	—	5.039
Conselheiro Pena	13.915	10.476	—	3.439
Muriae	41.240	18.643	15.989	6.608
Curvelo	35.275	30.720	—	4.555
Nova Lima	34.391	21.350	6.266	6.775
Campo Belo	27.116	20.325	—	6.791
São João Nepomuceno	13.149	10.383	1.415	1.351
Frutal	26.907	11.294	5.889	9.724
Paracatú	37.425	17.832	—	19.593
Caxambú	14.549	13.425	197	927
Corinto	21.553	15.788	—	5.765
Leopoldina	27.043	21.349	—	5.694
São Lourenço	19.683	18.502	—	1.181
Guaxupé	24.450	17.463	—	6.987
Monte Carmelo	20.691	13.693	—	6.998
Mantena	22.424	13.522	—	8.902
Diamantina	18.968	9.746	8.816	406
Carangola	18.744	15.189	—	3.555

RIO GRANDE DO SUL				
LOCALIZAÇÃO	PRIMEIRA FASE (20 escolas)		POPULAÇÃO	
	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Porto Alegre I (Nonoai)	903.175	887.338	—	15.837
Porto Alegre II (P. das Pedras)	903.175	887.338	—	15.837
Cachoeira do Sul I (Ponche Verde)	50.698	50.698	—	—
Canoas I (Rio Branco)	149.871	149.871	—	—

LOCALIZAÇÃO	PRIMEIRA FASE (continuação)		POPULAÇÃO	
Caxias do Sul I (Independência)	118.492	108.565	—	9.927
Cruz Alta	50.591	44.292	—	6.299
Ijuí	43.066	32.560	—	10.506
Novo Hamburgo	85.956	81.811	—	4.145
Passo Fundo	75.337	70.611	—	4.726
Pelotas	161.029	154.674	—	6.355
Rio Grande	100.361	42.862	57.499	—
Rio Pardo	24.810	7.850	9.409	7.551
S. Cruz do Sul	42.556	15.088	16.135	11.333
Santa Maria	124.904	65.596	59.308	—
Santana do Livramento	57.446	48.893	—	8.553
Santo Ângelo	44.614	36.820	—	7.794
Vacaria	28.979	25.560	—	3.419
Bagé	70.292	24.719	33.005	12.568
Carázinho	31.330	28.764	—	2.566
Santiago	27.068	22.301	—	4.767

LOCALIZAÇÃO	SEGUNDA FASE (17 escolas)		POPULAÇÃO	
Canoas II (Passo das Pedras)	149.871	149.871	—	—
Montenegro	29.797	16.474	5.158	8.165
Uruguaiana I (São Miguel)	64.173	61.292	—	2.881
São Leopoldo	65.462	64.012	—	1.450
Alegrete	61.857	19.426	26.600	15.831
Erechim	39.546	18.593	14.779	6.174
Esteio	35.174	12.738	20.500	1.936
São Gabriel	40.765	6.899	21.025	12.841
São Borja	49.364	29.315	—	20.049
Santa Rosa	37.015	24.181	—	12.834
São Jerônimo	9.527	7.702	—	1.825
São Luiz de Gonzaga	20.096	17.384	—	2.712
Cachoeirinha	31.296	30.152	—	1.144
Taquara	19.823	15.772	—	4.051
Butiá	15.245	13.149	—	2.096
Viamão	24.784	8.250	—	16.534
Palmeira das Missões	23.573	14.342	—	9.231

LOCALIZAÇÃO	TERCEIRA FASE (19 escolas)		POPULAÇÃO	
Porto Alegre III (Sarandí)	903.175	887.338	—	15.837
Porto Alegre IV (Vila Farrapos)	903.175	887.338	—	15.837
Bento Gonçalves	22.658	19.058	—	3.600
Canoas III (Vila Matias Velho)	149.871	149.871	—	—
Cachoeira do Sul II (Tupinambá)	50.698	50.698	—	—
Caxias do Sul II (Panazollo)	188.492	108.565	—	9.927
Novo Hamburgo	85.956	81.811	—	4.145
Viamão	24.784	8.250	—	16.534
Osório	16.525	9.042	—	7.483

LOCALIZAÇÃO

TERCEIRA FASE (continuação)

POPULAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	TERCEIRA FASE (continuação)	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Alvorada	39.702	39.601	—	101
Gravataí	15.457	12.212	—	3.245
Uruguaiana II (Cidade Nova)	64.173	61.292	—	2.881
Campo Bom	16.654	4.136	10.658	1.860
Camaquã	23.456	20.049	—	3.407
Dom Pedrito	31.126	20.702	—	10.424
Sapiranga	13.071	4.121	—	2.737
Cacequi	13.063	10.010	—	3.053
Sapucaia do Sul	41.965	41.370	—	595
Guaíba	22.116	18.056	—	4.060

SUB-PROGRAMA NACIONAL (19 escolas)*

LOCALIZAÇÃO

POPULAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	Total	Urbana	Suburbana	Rural
Rio Branco (AC)	67.434	34.988	—	32.446
Maceió (AL)	263.670	263.670	—	—
Manaus (AM)	314.197	286.083	—	28.114
Fortaleza (CE)	529.933	529.933	—	—
Brasília (DF)	277.005	277.005	—	—
Rio de Janeiro (RJ)	4.315.746	4.315.746	—	—
Goiânia (GO)	380.773	380.773	—	—
São Luiz (MA)	265.486	265.486	—	—
Cuiabá (MT)	86.235	85.598	—	637
Belém (PA)	585.201	572.654	—	12.547
João Pessoa (PB)	221.546	221.546	—	—
Recife (PE)	1.060.701	1.060.701	—	—
Teresina (PI)	220.487	220.487	—	—
Curitiba (PR)	497.626	497.626	—	—
Niterói (RJ)	324.246	324.246	—	—
Natal (RN)	264.379	264.379	—	—
Florianópolis (SC)	138.337	138.337	—	—
Aracaju (SE)	183.670	183.670	—	—
Santo André (SP)	417.541	417.275	—	266

Fonte: (1) PREMEN Gerência Técnica de Construção
 (2) Miniplan — IBGE (Sinopse Preliminar do Recenseamento Geral de 1970).

* A grande maioria das escolas foi construída na periferia das cidades

ANEXO 4
RELAÇÃO DO CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS FORNECIDOS A CADA ESCOLA POLIVALENTE

Descrição	Número de diferentes artigos	Número de unidades
01. Mobiliário	50	1.223
02. Ferramentas	246	666
03. Instrumentos	188	2.264
04. Utensílios não elétricos	37	64
05. Utensílios elétricos	36	51
06. Motores e Máquinas	30	46
07. Artigos de utilidade doméstica	104	263
08. Equipamento especializado	41	67
09. Itens vários	137	641
10. Livros	734	1.869
11. Equipamento audio-visual	56	1.154
12. 12. Material de consumo	222	253
13. Material de limpeza	24	57
14. Material de escritório	67	281
15. Produtos químicos	95	210
16. 16. Material de saúde	6	73
17. Outros materiais	113	546
TOTAL	2.186	9.728

ANEXO – 5

CONJUNTOS DE EQUIPAMENTOS FORNECIDOS AOS CENTROS DE TREINAMENTO DE CIÊNCIAS E ARTES PRÁTICAS

ESTADO	CENTRO DE CIÊNCIAS		CENTRO DE ARTES PRÁTICAS	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Bahia	1	1	1	1
Minas Gerais	1	1	1	1
Rio Grande do Sul	1	1	1	1
Guanabara	1	1	0	0
Pernambuco	1	1 *	0	0
São Paulo	1	0	1	1 **
: TOTAL	6	5	4	4

Notas * O Centro de Treinamento de Ciências de Pernambuco foi substituído pelo Centro do Espírito Santo.

** O Centro de Treinamento de Artes Práticas de São Paulo foi substituído pelo Centro do Espírito Santo.

RELAÇÃO DO CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FORNECIDOS A CADA CENTRO MENCIONADO

CENTRO DE CIÊNCIAS			CENTRO DE ARTES PRÁTICAS		
Descrição	Nº de diferentes artigos	Nº de unidades	Descrição	Nº de diferentes artigos	Nº de unidades
1. Ferramentas	12	37	01. Mobiliário	12	72
2. Instrumentos	85	1.506	2. Ferramentas	370	666
3. Utensílios não elétricos	3	13	3. Instrumentos	134	212
4. Aparelhos elétricos	3	3	4. Utensílios não elétricos	36	50
5. Artigos domésticos	1	1	5. Utensílios elétricos	26	32
6. Equipamento especializado	2	4	6. Motores e Máquinas	44	44
7. Itens vários	8	43	7. Artigos domésticos	6	8
8. Material de escritório	2	3	8. Equipamento especializado	42	46
9. Produtos químicos	86	172	9. Itens vários	68	154
10. Material de saúde	1	8	10. Material de consumo	434	496
11. Outros materiais	14	114	11. Material de limpeza	8	10
TOTAL	217	1.904	12. Material de escritório	24	158
			13. Produtos químicos	8	10
			14. Outros materiais	154	530
			TOTAL	1.366	2.488

TREINAMENTO DE SUPERVISORES NOS ESTADOS UNIDOS

NOME	Trabalha no sistema de supervisão do Estado		PROCEDÊNCIA		Treinamento nos ESTADOS UNIDOS	
	Sim	Não	ESTADO	INSTITUIÇÃO	Universidade	ÁREA DE ESTUDOS
1. Danny José Alves		x	—	NAC. PREMEN	San Diego	Orientação Educacional
2. Dielai Carvalho Pereira		x	—	NAC. PREMEN	New Mexico	Artes práticas
3. José Lobo Junqueira		x	—	NAC. PREMEN	New Mexico	Ciências
4. Lauro Pis de Miranda		x	—	NAC. PREMEN	San Diego	Supervisor escolar
5. Maria Beatriz Ramos Dalle Ore		x	—	NAC. PREMEN	San Diego	Biblioteca
6. José Belarmino de Souza		x	—	CECINE/Pe.	New Mexico	Ciências
7. Aladia Carlesso		x	Espírito Santo	SEC	San Diego	Orientação Educacional
8. Ana Maria Athayde Polke		x	Minas Gerais	UFMG	San Diego	Biblioteca
9. Ana Maria Benites Nunes	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Supervisão escolar
10. Ana Lúcia Loro	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Supervisão escolar
11. Antonio Luiz Rodrigues da Costa		x	Minas Gerais	UFMG/SEC	San Diego	Orientação Educacional
12. Bernadete Gomes	x		Espírito Santo	SEC	San Diego	Supervisão escolar
13. Carmem Maria Barauna		x	Bahia	SEC	San Diego	Supervisão escolar
14. Clara Elda Kipper		x	Rio Grande do Sul	SEC/PREME	San Diego	Supervisão escolar
15. Dyone Spitali de Mendonça Jorge		x	Minas Gerais	UFMG	San Diego	Supervisão escolar
16. Dora Cortat Simonetti		x	Espírito Santo	SEC/UFRS	San Diego	Supervisão escolar
17. Eda Margot Severo Schroeder	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Orientação Educacional
18. Elza Pereira Santana	x		Bahia	SEC	San Diego	Supervisão escolar
19. Gladys Wiebbelling do Amaral		x	Rio Grande do Sul	UFRS	San Diego	Biblioteca
20. Elizabeth Otero da Rocha		x	Rio Grande do Sul	UFRS	San Diego	Supervisão escolar
21. Heloisa Novais Hering		x	Espírito Santo	UFES	San Diego	Biblioteca
22. Jandyra Leite Simões	x		Bahia	UFBA	San Diego	Supervisão escolar
23. Lucia Maria Alves		x	Minas Gerais	SEC	San Diego	Biblioteca
24. Luiz Oswaldo Leite		x	Rio Grande do Sul	UFRS	San Diego	Orientação Educacional
25. Márcia de Souza Pinheiro		x	Bahia	SEC	San Diego	Supervisão escolar

NOME	Trabalha no sistema de supervisão do Estado		PROCEDÊNCIA		TREINAMENTO NOS ESTADOS UNIDOS	
	Sim	Não	ESTADO	INSTITUIÇÃO	Universidade	ÁREA DE ESTUDOS
26. Margarida Pinto de Oliveira		x	Bahia	UFBA	San Diego	Biblioteca
27. Maria Alice Wallan		x	Rio Grande do Sul	UFRS	San Diego	Biblioteca
28. Maria Augusta Cruz Abdon		x	Bahia	UFBA	San Diego	Orientação Educacional
29. Maria Cecília Leite Mendonça		x	Minas Gerais	UFMG	San Diego	Orientação Educacional
30. Maria Julia de Amorim Saraiva	x		Minas Gerais S	SEC	San Diego	Orientação Educacional
31. Maria Lúcia Dutra Cintra		x	Bahia	SEC	San Diego	Orientação Educacional
32. Maria Lúcia Goulart Dourado		x	Minas Gerais	UFMG	San Diego	Supervisão Escolar
33. Maria Helena de Andrade Fontes	x		Bahia	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
34. Maria Helena de Paula Gelape		x	Minas Gerais	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
35. Maria Martha Carvalho		x	Minas Gerais	UFMG	San Diego	Biblioteca
36. Maria José Palmeira		x	Bahia	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
37. Marília Lampert Ribeiro	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Orientação Educacional
38. Marinez Fulgencio Murta	x		Minas Gerais	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
39. Mary Alvarenga Imperial	x		Espírito Santo	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
40. Neide de Oliveira Magalhães		x	Minas Gerais	SEC/UFMG	San Diego	Orientação Educacional
41. Neuza Junqueira Armellini	x		Rio Grande do Sul	UFRS	San Diego	Supervisão Escolar
42. Nilza Maria Souza Santos		x	Bahia	UFBA	San Diego	Supervisão Escolar
43. Odair Perugini de Castro		x	Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Orientação Educacional
44. Regina Arlete Brum	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
45. Rosa Maria Gonçalves Fachin	x		Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Orientação Educacional
46. Terezinha Guimarães Miranda		x	Bahia	SEC	San Diego	Orientação Educacional
47. Vanda Castro Lins		x	Bahia	UFBA	San Diego	Orientação Educacional
48. Vanda Maria Mendonça de Oliveira		x	Bahia	SEC	San Diego	Biblioteca
49. Vera Lúcia Deps		x	Espírito Santo	UFES	San Diego	Orientação Educacional
50. Virginia Cotta de Vasconcellos	x		Minas Gerais	SEC	San Diego	Supervisão Escolar

NOME	Trabalha no sistema de supervisão do Estado		PROCEDÊNCIA		TREINAMENTO NOS ESTADOS UNIDOS	
	Sim	Não	ESTADO	INSTITUIÇÃO	Universidade	ÁREA DE ESTUDOS
51. Yolanda Belloti Lucas		x	Rio Grande do Sul	SEC	San Diego	Supervisão Escolar
52. Zenaide Genoveva Marcarini		x	Espírito Santo	SEC	San Diego	Orientação Educacional
53. Aderson Carapia Dantas		x	Bahia	SEC	New Mexico	Técnicas Comerciais
54. Alcebiades Salles Filho		x	Espírito Santo	SEC	New Mexico	Técnicas Agrícolas
55. Angela Pinto	x		Espírito Santo	SEC	New Mexico	Ciência
56. Antonio Emidio de Azevedo Leal		x	Bahia	CETEB/SEC	New Mexico	Técnicas Agrícolas
57. Cícero Marques Teixeira		x	Rio Grande do Sul	UFRS	New Mexico	Ciência
58. Cladys Bassani Junqueira		x	Rio Grande do Sul	UFRS	New Mexico	Técnicas Comerciais
59. Concheta Almenara Scarton	x		Espírito Santo	CETAPES/SEC	New Mexico	Educação para o Lar
60. Daniel de Freitas		x	Minas Gerais	CTPGOT/SEC	New Mexico	Técnicas Agrícolas
61. Eliete da Penha Monteiro	x		Espírito Santo	SEC	New Mexico	Artes Industriais
62. Fabio Marton Costa Santos		x	Minas Gerais	CECIMG	New Mexico	Ciência
63. Hiram Souza Ardenghi	x		Rio Grande do Sul	SEC	New Mexico	Técnicas Agrícolas
64. João Carlos Simoneth		x	Espírito Santo	UFES	New Mexico	Ciência
65. Lourivaldo Valentim da Silva	x		Bahia	CETEB/SEC	New Mexico	Artes Industriais
66. Lucia Maria Gois Lto Rocha		x	Bahia	SEC	New Mexico	Ciência
67. Marcos de Amorim Saraiva		x	Minas Gerais	CETPGOT-BETIM/SEC	New Mexico	Técnicas Comerciais
68. Maria Amélia de Araújo		x	Minas Gerais	SEC	New Mexico	Educação para o Lar
69. Nelson Camargo Monte	x		Rio Grande do Sul	CECIRS	New Mexico	Ciência
70. Noemi de Souza Moreira		x	Rio Grande do Sul	SEC/UFRS	New Mexico	Educação para o Lar
71. Oriovaldo di Pietro		x	Minas Gerais	CTPGOT/SEC	New Mexico	Artes Industriais
72. Palmeron Mendes		x	Minas Gerais	SEC	New Mexico	Ciência
73. Romilda Costa Almeida	x		Bahia	CETEB/SEC	New Mexico	Educação para o Lar
74. Paulo Neves Cruz	x		Espírito Santo	CETAPES/SEC	New Mexico	Técnicas Comerciais
75. Tania Maria Martins Zacarias		x	Bahia	PROTAP/UFBA	New Mexico	Ciência
76. Wolfanita Carilo Cavalcante		x	Bahia	SEC	New Mexico	Artes Industriais
77. Wander Soares		x	Minas Gerais	CTPGOT/BETIM	New Mexico	Técnicas Comerciais
78. Yvon de Araújo Yungstay		x	Espírito Santo	CETAPES/SEC	New Mexico	Técnicas Agrícolas
79. José Darcy Costa Rodrigues	x		Rio Grande do Sul	SEC/UFRS	New Mexico	Artes Industriais